

EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio do SETOR DE LICITAÇÃO da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: COMPRASGOV: 91789/2025 GMS: 1789/2025 UASG: 925443 TIPO: MENOR PREÇO	Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: Até 09 h 59 min do dia 15/05/2026 Início da sessão / disputa de lances: 10 h 00 min do dia 15/05/2026 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
--	--

1. OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e mobiliário para estruturação de 10 (dez) Laboratórios do Curso Técnico de Enfermagem, das instituições de ensino ofertantes do curso na rede pública estadual.

2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 1.467.129,00 (um milhão quatrocentos e sessenta e sete mil e cento e vinte nove reais)**.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Órgão Orçamento: 41 - Secretaria de Estado da Educação
Gestão/Unidade: 4101 - Gabinete do Secretário
Fonte de Recursos: 754 - Recursos de Operações de Crédito
Programa de Trabalho: 12.368.32.7015-Programa Educação para o Futuro do Estado do Paraná
BID
Elemento de Despesa: 449052 - Equipamentos e Material Permanente - Bens Móveis
Subitem da Despesa: 42 - Mobiliário em Geral – 2229
Tipo Patrimonial: 2 - Equipamentos e Material Permanente - Bens Móveis

Órgão Orçamento: 41 - Secretaria de Estado da Educação
Gestão/Unidade: 4101 - Gabinete do Secretário
Fonte de Recursos: 754 - Recursos de Operações de Crédito
Programa de Trabalho: 12.368.32.7015-Programa Educação para o Futuro do Estado do Paraná BID
Elemento de Despesa: 449052 - Equipamentos e Material Permanente - Bens Móveis
Subitem da Despesa: 08 - Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médico- Odontológico, Laboratorial e Hospitalar – 2

4. SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações Portal de Compras do Governo

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

Federal (<https://www.compras.gov.br>). O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.compras.gov.br>.

O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, <http://www.comprasparana.pr.gov.br> e

<http://www.administracao.pr.gov.br/Compras/Pagina/Compras-Parana-Consulta-de-Editais-e-Licitacoes>.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro Andre Luis Gasparini Loes e Equipe de Apoio, designados pela Resolução n.º 5.297/2025 - GS/SEED, publicada no Diário Oficial Executivo no dia 23 de setembro de 2025, Edição n.º 11992.

E-mail: cplseed@educacao.pr.gov.br

Telefones: (41) 3340-1544 - 8419

Endereço: Av. Presidente Kennedy, nº 2511, Guaira – CEP 80610-011, Curitiba – PR.

O atendimento será feito no horário das 08h30min às 12 h e das 13h30min às 18 h.

5. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico www.comprasparana.pr.gov.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6. CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o **valor máximo global do lote** (para lotes com múltiplos itens) e o **valor unitário** (para lotes com item único), fixados no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1.1. Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificados”.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO**.

2.3. Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificadas.

3. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4. PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5 RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

Somente poderão participar da disputa do(s) lote(s) **1; 2; 3; 4; 5; 6; 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 20; 21; 23; 24; 26 e 27** as empresas que se enquadrem na condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme o disposto no art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

As empresas que não estejam enquadradas na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, poderão participar dos demais lotes classificados como de ampla concorrência.

Se a ME, a EPP ou a MEI for vencedora do(s) lote(s) reservado(s) e do(s) lote(s) de ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

6 CONSÓRCIO:

6.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

7 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

- Anexo VI – Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta de Contrato;
- Anexo VIII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.
- Anexo IX – Declaração LGPD.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas, na página: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual (<https://www.compras.gov.br>)

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual (<https://www.compras.gov.br>), conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou, ainda, por meio do telefone 0800 978 9001.

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual (<https://www.compras.gov.br>) implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3. PROPOSTA INICIAL

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item;

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 1,00 (um real).

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O Critério de julgamento adotado será o *menor preço (ou maior desconto)*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006-.

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores,

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

6.3 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.6 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.6.3. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.6.3.1 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.6.3.2 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

6.6.3.2.1 Conforme especificações contidas no Termo de Referência (anexo I).

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

6.6.3.2.2 Catálogo Eletrônico, a ser encaminhado em conjunto com a proposta.

6.6.3.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.6.3.4 Se o(s) catálogo(s) e documentação apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação do(s) catálogo(s) e documentação, e assim, sucessivamente, até a verificação de um que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.6.3.5 O(s) catálogo(s) e a documentação técnica colocados à disposição da Administração serão analisados e conferidos pela equipe técnica responsável, não gerando direito a ressarcimento.

6.6.3.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 90 (noventa) dias, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.6.3.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração Pública reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7. Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 30 de abril de 2026.

(assinada eletronicamente)

Andre Luis Gasparini Loes
Pregoeiro
Resolução Comissão 5.297/2025

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

TERMO DE REFERÊNCIA FINAL

1 OBJETO

1.1 Aquisição de equipamentos e mobiliário para estruturação de 10 (dez) laboratórios do Curso Técnico de Enfermagem, das instituições de ensino ofertantes do curso técnico na rede pública estadual.

1.1.2 Os equipamentos foram separados por lotes e similaridade conforme segue:

Lote 1 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	7103-60357	Mesa auxiliar	50	R\$ 830,59	R\$ 41.529,50

Lote 2 Exclusivo ME/EPP					
ME	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	6515-105180	Berço com cesto	30	R\$ 1.319,86	R\$ 39.595,80

Lote 3 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	6515-72263	Carro maca leito	30	R\$ 2.300,22	R\$ 69.006,60

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Lote 4 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	7103-99945	Maca hospitalar	50	R\$ 536,50	R\$ 26.825,00

Lote 5 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	7103-41081	Mesa de Mayo	50	R\$ 689,90	R\$ 34.495,00

Lote 6 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	7103-56730	Mesa ginecológica	20	R\$ 1.519,05	R\$ 30.381,00

Lote 7 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

Item 1	6511-74471	Tripé porta soro	50	R\$ 280,18	R\$ 14.009,00
--------	------------	------------------	----	------------	---------------

Lote 8 Exclusivo ME/EPP

Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	7103-68398	Biombo Hospitalar	50	R\$ 563,06	R\$ 28.153,00

Lote 9 Exclusivo ME/EPP

Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	6511-85485	Hamper hospitalar	50	R\$ 318,08	R\$ 15.904,00

Lote 10 Exclusivo ME/EPP

Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	6510-58309	Papagaio hospitalar	50	R\$ 184,49	R\$ 9.224,50

Lote 11 Exclusivo ME/EPP

Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
------	-----	---------------------	----------------------	-----------------------	--------------------

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

				(CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	
Item 1	6511-73295	Comadre hospitalar	50	R\$ 239,73	R\$ 11.986,50

Lote 12 Exclusivo ME/EPP

Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	6515-93066	Carrinho de emergência para curativo	50	R\$ 1.456,83	R\$ 72.841,50

Lote 13 Exclusivo ME/EPP

Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	6515-56822	Cadeira de Rodas	20	R\$ 674,71	R\$ 13.494,20

Lote 14 Exclusivo ME/EPP

Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	6519-66484	Cadeira de banho	20	R\$ 449,50	R\$ 8.990,00

Lote 15 Exclusivo ME/EPP

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	7103-61464	Armário vitrine hospitalar	20	R\$ 1.425,00	R\$ 28.500,00

Lote 16 Exclusivo ME/EPP

Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	6515-83236	Tripé de apoio para punção venosa	50	R\$ 207,50	R\$ 10.375,00

Lote 17 AMPLA CONCORRÊNCIA

Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	5203-61402	Balança antropométrica	37	R\$ 1.727,08	R\$ 63.901,96
Item 2	6603-8126	Balança Pediátrica	37	R\$ 990,12	R\$ 36.634,44
				Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)
				R\$ 2.717,20	R\$ 100.536,40

Lote 18 AMPLA CONCORRÊNCIA

Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6517-73776	Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico	37	R\$ 1.339,80	R\$ 49.572,60

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

Item 2	6517-90861	Torso humano com aparelho genital feminino e masculino	37	R\$ 2.071,51	R\$ 76.645,87
Item 3	6517-105181	Torso de gravidez anatomia	37	R\$ 990,19	R\$ 36.637,03
				Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)
				R\$ 4.401,50	R\$ 162.855,50

Lote 19					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade e (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	6517-97585	Braços simulador de punção venosa	37	R\$ 2.399,55	R\$ 88.783,35

Lote 20					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	6517-75160	Esqueleto humano com coluna flexível e ligamentos	20	R\$ 3.086,62	R\$ 61.732,40

Lote 21 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE)	Valor total máximo

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

				<u>E DE PREÇOS</u>	
Item 1	6517-84870	Modelo Anatômico do coração	50	R\$ 215,00	R\$ 10.750,00

Lote 22 AMPLA CONCORRÊNCIA

Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo <u>(CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)</u>	Valor total máximo
Item 1	6517-89759	Manequim corpo inteiro para treinamento - adulto	15	R\$ 6.301,13	R\$ 94.516,95

Lote 23 Exclusivo ME/EPP

Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo <u>(CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)</u>	Valor total máximo
Item 1	6517-96177	Manequim corpo inteiro para treinamento - pediátrico	20	R\$ 2.903,87	R\$ 58.077,40

Lote 24 Exclusivo ME/EPP

Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo <u>(CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)</u>	Valor total máximo
Item 1	6515-8179	Esfigmomanômetros	50	R\$ 111,30	R\$ 5.565,00

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

Lote 25					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6515-78331	Estetoscópio adulto	75	R\$ 316,15	R\$ 23.711,25
Item 2	6515-89611	Estetoscópio duplo para ensino	75	R\$ 450,19	R\$ 33.764,25
Item 3	6515-78281	Estetoscópio pediátrico	75	R\$ 243,50	R\$ 18.262,50
				Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)
				R\$ 1.009,84	R\$ 75.738,00

Lote 26 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	6515-60133	Sonar Fetal	50	R\$ 940,50	R\$ 47.025,00

Lote 27 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	6510-25691	Ambu	50	R\$ 181,09	R\$ 9.054,50

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

Lote 28					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade de (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6511-78793	Laringoscópio – adulto	75	R\$ 574,95	R\$ 43.121,25
Item 2	6511-89584	Laringoscópio – pediátrico	75	R\$ 592,00	R\$ 44.400,00
				Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)
				R\$ 1.166,95	R\$ 87.521,25
Valor total (28 lotes)					
Valor Total				Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)
				R\$ 38.429,75	R\$ 1.195.454,88

LOTE 29 – Reserva 25% ME/EPP (Lote 17)					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	5203-61402	Balança antropométrica	13	R\$ 1.727,08	R\$ 22.452,04
Item 2	6603-8126	Balança Pediátrica	13	R\$ 990,12	R\$ 12.871,56
				Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)
				R\$ 2.717,20	R\$ 35.323,60

Lote 30 - Reserva 25% ME/EPP (Lote 18)
--

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6517-73776	Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico	13	R\$ 1.339,80	R\$ 17.417,40
Item 2	6517-90861	Torso humano com aparelho genital feminino e masculino	13	R\$ 2.071,51	R\$ 26.929,63
Item 3	6517-105181	Torso de gravidez anatomia	13	R\$ 990,19	R\$ 12.872,47
				Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)
				R\$ 4.401,50	R\$ 57.219,50

Lote 31 - Reserva 25% ME/EPP (Lote 19)

Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade e (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	6517-97585	Braços simulador de punção venosa	13	R\$ 2.399,55	R\$ 31.194,15

Lote 32 - Reserva 25% ME/EPP (Lote 22)

Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade de (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	6517-89759	Manequim corpo inteiro para treinamento - adulto	05	R\$ 6.301,13	R\$ 31.505,65

Lote 33 - Reserva 25% ME/EPP (Lote 25)

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6515-78331	Estetoscópio adulto	25	R\$ 316,15	R\$ 7.903,75
Item 2	6515-89611	Estetoscópio duplo para ensino	25	R\$ 450,19	R\$ 11.254,75
Item 3	6515-78281	Estetoscópio pediátrico	25	R\$ 243,50	R\$ 6.087,50
				Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)
				R\$ 1.009,84	R\$ 25.246,00

Lote 34 25% ME/EPP (Lote 28)					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6511-78793	Laringoscópio – adulto	25	R\$ 574,95	R\$ 14.373,75
Item 2	6511-89584	Laringoscópio – pediátrico	25	R\$ 592,00	R\$ 14.800,00
				Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)
				R\$ 1.166,95	R\$ 29.173,75

1.1.2 As quantidades a serem adquiridas dos itens mencionados, estão baseados considerando 30 alunos por turma, podendo ser divididos, pelo professor (a), em 2 ou 3 grupos no laboratório para que seja de fácil manuseio e utilização pelos estudantes. Ressaltamos que com essa quantidade, atenderá 10 escolas que ofertam o Curso Técnico em Enfermagem.

1.1.3 Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual da secretaria, segue o número de ordem e o tipo de item que, constantes na planilha do PCA-e 2026, conforme tabela abaixo:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

NÚMERO DE ORDEM	TIPO DO ITEM
1602	Mesa auxiliar
1603	Berço com cesto
1604	Carro maca leito
1605	Maca hospitalar
1606	Mesa de Mayo
1607	Mesa ginecológica
1608	Tripé porta soro
1609	Biombo hospitalar
1610	Hamper hospitalar
1611	Papagaio hospitalar
1612	Comadre hospitalar
1613	Carrinho de emergência para curativo
1614	Cadeira de rodas
1615	Cadeira de banho
1616	Armário vitrine hospitalar
1617	Tripé de apoio para punção venosa
1618	Balança antropométrica
1619	Balança pediátrica
1620	Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico
1621	Torso humano com aparelho genital feminino e masculino
1622	Torso de gravidez anatomia
1623	Braços simulador de punção venosa
1624	Esqueleto humano com coluna flexível e ligamentos
1625	Modelo anatômico do coração
1626	Manequim corpo inteiro para treinamento – adulto
1627	Manequim corpo inteiro para treinamento – pediátrico
1628	Esfigmomanômetros
1629	Estetoscópio adulto
1630	Estetoscópio duplo para ensino
1631	Estetoscópio pediátrico

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

1632	Sonar Fetal
1633	Ambu
1634	Laringoscópio – adulto
1635	Laringoscópio – pediátrico

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 As especificações técnicas estão descritas na tabela abaixo:

LOTE 01	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 – Mesa auxiliar	<ul style="list-style-type: none">➤ Material: Aço Inox➤ Pés: com rodízio 2", pés tubulares $\frac{3}{4}$;➤ Com 2 prateleiras;➤ Dimensões mínimas: 60cm C x 40cm L x 80cm A;➤ Espessura da chapa mínimas: 0,61 mm bitola 24# Cubagem: 0,192 M³	50 unidades

LOTE 02	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Berço com cesto	<ul style="list-style-type: none">➤ Cesto: em acrílico➤ Cesto com movimento Trendelemburg;➤ Armação em Aço em pintura epóxi;➤ Deve conter no mínimo 1 prateleira abaixo do berço;➤ Dimensões mínimas: 73cm C x 41cm P x 75 cm A;➤ Pés: com rodízio de 2".	30 unidades

LOTE 03	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Carro maca leito	<ul style="list-style-type: none">➤ Modelo: leito/fixo. estofado com grades;➤ A espuma deve ser revestida em courvim;➤ A cabeceira deve ser móvel;➤ Grades laterais: material aço inox, medidas mínimas: 1" x 1,25mm;➤ Deve conter para-choque de	30 unidades

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

		borracha; ➤ Deve conter suporte para soro em inox; ➤ Deve conter rodízios de 5”, sendo 2 com freios em diagonais; ➤ Toda a estrutura de ser em aço inox e pintura epóxi.	
--	--	---	--

LOTE 04	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Maca hospitalar	➤ Modelo: fixa tubular com encosto regulável; ➤ Estrutura mínima: armação em tubos de aço quadrado de 1 e 1/4 polegadas de diâmetro, parede de 1,4 mm; ➤ Leito: em madeira estofada, com espuma de no mínimo 3cm de altura, com revestimento de courvim, impermeável; ➤ Pés: deve conter poneiras de PVC; ➤ Pintura: eletrostática epóxi; ➤ Dimensões mínimas: 62cm A, 1,80cm C, 80cm A; ➤ Capacidade de Peso: até 250kg.	50 unidades

LOTE 05	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Mesa de Mayo	➤ Estrutura: aço carbono; ➤ Pintura: eletrostática epóxi; ➤ Dimensões: 86cm mínimas a 107cm máxima, 48 cm L, 32 cm C; ➤ Capacidade de peso: até 15kg; ➤ Bandeja de inox com regulagem de altura; ➤ Rodízios: devem ser extra macios.	50 unidades

LOTE 06	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Mesa ginecológica	➤ Material: aço;	20 unidades

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

		<ul style="list-style-type: none">➤ Leito: deve ser estofado e revestido em courvin, dividido em 3 partes: cabeceira, assento e peseira;➤ Espuma: deve ter densidade mínima de 26cm;➤ Dimensões mínimas: 1,82cm x 51,5cm L x 89cm A;➤ Capacidade máxima de peso: 120kg.	
--	--	--	--

LOTE 07	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Tripé porta soro	<ul style="list-style-type: none">➤ Material: tubo de aço $\frac{3}{4}$;➤ Estrutura com tratamento antiferruginoso;➤ Deve ter pintura eletrostática a pó;➤ Deve possuir 4 rodízios;➤ Deve possuir no mínimo 4 ganchos;➤ Deve ter ajuste de altura através de mandril de material plástico;➤ Medidas mínimas: 110cm A x 30cm L x 30cm C.	50 unidades

LOTE 08	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Biombo Hospitalar	<ul style="list-style-type: none">➤ Material: tubular em aço redondo;➤ Pintura: esmaltado branco, epóxi a pó;➤ Cortina: material plástico PVC, cor branco;➤ Rodízios giratórios de 2”;➤ Dimensões mínimas: 1,80m L x 0,66 L fechado x 1,77 m A x 0,50m C;➤ Peso total do biombo: máximo 10kg.	50 unidades

LOTE 09	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Hamper hospitalar	<ul style="list-style-type: none">➤ Tipo: suporte;➤ Pintura: epós;	50 unidades

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

		<ul style="list-style-type: none">➤ Estrutura material: aço, com tratamento anti manchas;➤ Dimensões mínimas: 0,80cm A, 0,53 circunferência;➤ Capacidade: máximo de 200L.	
--	--	---	--

LOTE 10	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Papagaio hospitalar	<ul style="list-style-type: none">➤ Material: inox;➤ Dimensões mínimas: 29 x 15 cm;➤ Capacidade de coleta: 1 L.	50 unidades

LOTE 11	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Comadre hospitalar	<ul style="list-style-type: none">➤ Material: inox;➤ Deve ser com fundo achatado na posição horizontal;➤ Dimensões mínimas: 40 x 28 cm e orifício 22cm;➤ Capacidade de coleta: 3,5L;➤ Peso máximo do item: 1,100kg.	50 unidades

LOTE 12	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Carrinho de emergência para curativo	<ul style="list-style-type: none">➤ Material: aço inox;➤ Deve conter suporte para balde com tampa e bacia;➤ Estrutura material: em tubos de aço inox;➤ Material do tampo e prateleira: aço inox;➤ Deve possuir gradil de proteção lateral;➤ Bacia: em aço inox de 30cm de diâmetro;➤ Balde: e aço inox, com tampa, capacidade de 10L com mínimo de 20cm de diâmetro;➤ Rodízios: giratórios de 3”;➤ Capacidade de peso: máximo 20kg;➤ Dimensões mínimas: 0,40cm L x 0,80	50 unidades

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

	cm A x 0,80cm x 1,10m P.	
--	--------------------------	--

LOTE 13	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Cadeira de Rodas	<ul style="list-style-type: none">➤ Material: aço carbono;➤ Estrutura: assento e encosto em nylon, dobrável, freios bilaterais e aro impulsor bilateral, apoios para braços e pés fixos, com pneus maciços nas rodas dianteiras aro 06 e nas rodas traseiras aro 24 em roda nylon;➤ Capacidade de peso: máximo de 85kg;➤ Largura aberta máximo: 40cm;➤ Largura fechada mínimo: 30cm;➤ Altura do chão à manopla: até 94cm;➤ Altura do chão ao apoio de braço: 70cm;➤ Altura do assento ao apoio de braço: 20cm;➤ Medidas mínimas da estrutura:<ul style="list-style-type: none">➤ Largura do Assento: 40cm ,➤ Profundidade do Assento: 41cm, Altura do Encosto: 36cm, Altura do Assento ao Chão: 52cm, Comprimento total da cadeira: 100cm;➤ Peso da cadeira: máximo 14kg.	20 unidades

LOTE 14	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Cadeira de banho	<ul style="list-style-type: none">➤ Tamanho: adulto;➤ Material estrutura: alumínio;➤ Rodas: antiderrapantes e giratórias, as traseiras deve ter freios;➤ Deve ser dobrável, com alta resistência a umidade;➤ Tampa e assento material: polietileno de alta intensidade;➤ Deve ter no mínimo 5 regulagens de ajustes;	20 unidades

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

		<ul style="list-style-type: none">➤ Capacidade de peso: máximo 100kg;➤ Dimensões mínimas: 55cm L x 52cm C x 74cm A.	
--	--	--	--

LOTE 15	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 – Armário vitrine hospitalar	<ul style="list-style-type: none">➤ Modelo: 2 portas com fechadura cilíndrica fundo;➤ Estrutura: chapa de aço;➤ Pintura: epóxi;➤ Portas e laterais: vidro cristal de 3mm;➤ Deve conter mínimo 4 prateleiras;➤ Dimensões mínimas: 61cm C x 40cm P x 1,65m A.	20 unidades

LOTE 16	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Tripé de apoio para punção venosa	<ul style="list-style-type: none">➤ Material da estrutura: aço carbono;➤ Haste: tubo de aço inox redondo;➤ Concha: tubo de aço inox;➤ Altura deve ter regulagem por meio de manípulo;➤ Concha deve ter regulagem de inclinação;➤ Pés: com ponteiros plásticos;➤ Pintura de toda a estrutura: pintura epóxi, com tratamento anti-ferruginoso;	50 unidades

LOTE 17	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Balança antropométrica	<ul style="list-style-type: none">➤ Capacidade: mínimo 1kg até 150kg;➤ Plataforma medidas mínimas: 380x290mm e altura: 1,30m;➤ Tapete em borracha antiderrapante;➤ Régua antropométrica: 2 metros, com escala de 0,5cm;➤ Material da régua: alumínio anodizado;➤ Material do cursor: aço inoxidável;➤ Com pés reguláveis.	37 unidades
	02 - Balança	<ul style="list-style-type: none">➤ Deve possuir concha anatômica;	37 unidades

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

	Pediátrica	<ul style="list-style-type: none">➤ Material da concha: polipropileno, com antigermes;➤ Medidas mínimas da concha: 540 x 290mm;➤ Display LED com 6 dígitos, com medidas mínimas de 14,2mm A e 8,1mm L;➤ Material da estrutura: aço carbono bicromatizado com cobertura plástica;➤ Pés reguláveis em borracha sintética;➤ Tensão: bivolt;➤ Deve possuir cabo de alimentação.	
--	------------	---	--

LOTE 18	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico	<ul style="list-style-type: none">➤ Torso simples desenvolvido para treino de RCP, deve conter: traços anatômicos aparentes das clavículas, costelas e mamilos;➤ Deve ser composto por: torso simples para treino de reanimação cardiopulmonar, com três modos de seleção (neutro, adulto e infantil), e ventilação com expansão do tórax;➤ Deve proporcionar abertura das vias aéreas para treino de ventilação com visualização da expansão do tórax;➤ Na região posterior deve conter: dispositivo com modo de seleção: neutro, adulto e infantil, para treino de compressões torácicas com emissão de sinal sonoro;➤ Material: confeccionado em PVC e poli elastômero;➤ Ventilação com visualização da expansão do tórax;➤ Compressões torácicas no modo: neutro, adulto e infantil, com emissão de sinal sonoro tipo CLICK, que indica que a profundidade está correta;➤ Acessórios: 10 Protetores de face1	37 unidades

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

		máscara facial de reposição 1, talco 1, bolsa para transporte 1, via aérea de reposição 1, Manual do Usuário; > Peso máximo aproximado: 4,00 Kg.	
	02 - Torso humano com aparelho genital feminino e masculino	> Torso de corpo humano em tamanho natural com órgãos internos removíveis; > Modelo de no mínimo 85cm incluindo: tronco, placa de mama feminina, cabeça, olho, cérebro, nervos e vértebra da coluna vertebral, pulmão, coração, traqueia, esôfago e descendente aorta, diafragma, fígado, rim, estômago, intestino, genitália masculina e genitália feminina com feto; > Modelo bissexual com o órgão feminino e masculino, deverá conter: órgão feminino deve incluir um feto no útero removível. Na cabeça deve conter dois lados, o lado externo da face e o lado interno com a parte craniana exposta na lateral, também no modelo deve conter cavidade nasal, metade do cérebro, cerebelo, bulbo, artéria, veia, globo ocular, nervo óptico, epiglote, esôfago, cartilagem tireóide, glândula tireóide, traquéia, costela, esterno, diafragma, músculo peitoral maior, glândula mamária, auréola, papila mamária, dois pulmões, coração, fígado com vesícula biliar, válvula bicúspide e tricúspide, estômago, intestino (grosso e delgado), metade dos rins, glândula adrenal, ureter, bexiga, ceco, veias e filamentos nervosos com abertura nas costas e espinha exposta com vértebra e segmentos; > O modelo ainda deverá possuir abertura nas costas com vértebras removíveis; > Base de plástico com dimensões de 85 cm de altura e 40 partes; > Modelo deve representar o tamanho natural.	37 unidades

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

	03 - Torso de gravidez anatomia	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Medidas mínimas: 7,5cm C X 8,0cm L X 19,0cm de A (sem suporte) 20,0cm de altura sem o suporte 3,5cm largura da cabeça 4,5cm altura da cabeça; ➤ Material: propiletileno com partes transparentes para mostrar o seu interior, feto destacável no 7º mês de gestação, cérebro destacável, coração e glândulas mamárias. 	37 unidades
LOTE 19	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Braços simulador de punção venosa	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Simulador de braço adulto, avançado, desenvolvido para treino de punção venosa completa: deverá apresentar traços anatômicos realísticos com textura de pele macia, permite realizar procedimento técnico de punção venosa em veia cefálica, veia basílica, veia cubital medial, veia cubital anterior medial, veia metacarpal, dorsal etc.; ➤ O modelo deve ser compatível para realização de procedimentos de hemoterapia venosa, transfusão de sangue e injeção; ➤ Deve acompanhar: braço de treinamento de punção venosa e injeção avançada; campo cirúrgico; Suporte IV; bureta (2); seringa 50ml, 5ml e 1ml; 01 scalpe; grampo (2); talco (1) ; pó de simulado sangue (1); torniquete de borracha (1). 	37 unidades

LOTE 20	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Esqueleto humano com coluna flexível e ligamentos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Deverá conter: coluna vertebral dobrável, ligamentos, músculos pintados e mais de 200 estruturas marcadas e identificadas; ➤ Deverá ser totalmente flexível permitindo demonstrações de todas as posturas naturais, incluindo os movimentos do crânio e das articulações da cabeça; 	20 unidades

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

		<ul style="list-style-type: none">➤ Deverá conter além da coluna vertebral flexível, origens e inserções musculares, ossos numerados, ligamentos articulares flexíveis e um disco prolapsado entre a 3ª e a 4ª vértebras lombares permitem exibir mais de 200 estruturas de interesse médico/anatômico;➤ Deverá ter flexibilidade total dos membros do lado esquerdo, o lado direito tem flexibilidade total do joelho e quadril, e flexibilidade limitada do cotovelo, ombro e pélvis;➤ Suporte: com rodas;➤ Medidas: mínimo de 1,70 cm a máximo de 1,90 cm;➤ Peso: mínimo de 10 kg a 11 kg máximo.	
--	--	--	--

LOTE 21	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Modelo Anatômico do coração	<ul style="list-style-type: none">➤ Dimensões mínimas: 20cm C x 16cm L x 23cm A;➤ Material: propileno;➤ Deverá possuir no mínimo 20 partes desmontáveis;➤ Deve acompanhar uma base de apoio e um manual explicativo.	50 unidades

LOTE 22	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Manequim corpo inteiro para treinamento - adulto	<ul style="list-style-type: none">➤ Modelo: adulto bissexual, medindo aproximadamente 170 cm, com estrutura anatômica da cavidade oral, abertura mandibular, arcada dentária, língua, palato, úvula, glote, cordas vocais, traços anatômicos realísticos, clavícula, osso, esterno, escápulas e coluna vertebral, textura da pele macia;➤ O modelo ser composto por: cavidade oral, abertura mandibular, arcada, dentária, língua, palato, úvula, glote,	15 unidades

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

		cordas vocais, clavícula, ossos esterno, escapulas, coluna vertebral, órgãos internos (coração, pulmões, estomago, intestino e bexiga urinária), órgãos feminino e masculino.	
--	--	---	--

LOTE 23	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Manequim corpo inteiro para treinamento - pediátrico	<ul style="list-style-type: none">➤ Deverá possuir características anatômicas de uma criança de aproximada mente 6 meses de idade, com órgãos internos, articulação dos membros superiores e inferiores, genitais masculinos e femininos intercambiáveis;➤ Deverá possuir almofadas nas regiões dos glúteos e vasto lateral da coxa para treinamento de injeção intramuscular;➤ Deverá possuir veia na região da cabeça para punção cefálica e ostomia para treinamento de cuidados e curativos;➤ Material: poli elastômero.	20 unidades

LOTE 24	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Esfigmomanômetros	<ul style="list-style-type: none">➤ Deve ser devidamente provado pelo órgão competente.;➤ Material do manguito e pera: PVC;➤ Material da braçadeira: nylon com fecho em velcro;➤ Deve acompanhar estojo para transporte;➤ Faixa de medição: 0 - 300 mmHg; divisão de 2 mmHg;➤ Tolerância de +/- 3 mmHg;➤ Circunferência de braço recomendada para uso: Neonatal: 07 - 13 cm; Infantil: 10 - 18 cm; Adulto: 18 – 35 cm; Obeso: 35 - 51 cm.	50 unidades

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

LOTE 25	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Estetoscópio adulto	<ul style="list-style-type: none">➤ Auscultador: cabeça dupla;➤ Material do Auscultador: aço inox;➤ Acabamento do Auscultador: polido;➤ Diâmetro do diafragma: 4,4cm;➤ Material do Diafragma: epóxi / fibra de vidro;➤ Tipo do Diafragma: sintonizável;➤ Diâmetro do Sino: 3,2cm;➤ Material das Olivas: nano silicone;➤ Acabamento da Haste: polido;➤ Tubo em Y: único de PVC;➤ Comprimento Total: mínimo 78cm;➤ Peso: máximo 280gr;➤ Deve ser devidamente aprovado pelo órgão competente.	75 unidades
	02 - Estetoscópio duplo para ensino	<ul style="list-style-type: none">➤ Auscultador duplo, permite auscultar sons de baixas e altas frequência;➤ Auscultador material: aço inox;➤ Deverá permitir sons com graves e agudos bem definidos;➤ Material do tubo: PVC com Lúmen Único;➤ Material das Olivas: Ultra-AdSoft;➤ Deverá ter ângulo das hastes ajustado em 15° para melhor ergonomia; diâmetro do diafragma: 4,5 cm;➤ Tamanho do tubo: máximo 96 cm;➤ Deve ser devidamente provado pelo órgão competente.	75 unidades
	03 - Estetoscópio pediátrico	<ul style="list-style-type: none">➤ Auscultador material: aço inoxidável de alta qualidade;➤ Tudo material: PVC flexível e resistente;➤ Olivas Material: deve ser macio;➤ Comprimento máximo: 80cm;➤ Deve ser devidamente aprovado pelo órgão competente.	75 unidades

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

LOTE 26	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDAD
	01 - Sonar Fetal	<ul style="list-style-type: none">➤ Faixa de medição de FCF: 30 a 240 Bpm;➤ Ciclagem de 6.000 a 60.000 e frequência de trabalho 2mhz $\pm 10\%$;➤ Alimentação chaveada que opera de 110 a 230 v $\pm 10\%$ e frequência de 50/60hz;➤ Diâmetro máximo do foco Ultrassônico: 50 mm;➤ Profundidade máxima do feixe ultrassônico: 200 a 250 mm;➤ Controle de volume digital: 9 níveis (1 - 9);➤ Controle de tonalidade digital: 10 níveis (0 – 9);➤ Deve possuir alojamento para transdutor na lateral do gabinete;➤ Saída para fone de ouvido ou gravador de som;➤ Possui fusível de proteção contra sobrecarga da corrente elétrica;➤ Peso máximo: 1,5Kg;➤ Dimensões: 217L x 250P x 100mm A;➤ Potência: 32 VA/ 15W;➤ Potência ultrassônica: 5mh/cm².	50 unidades

LOTE 27	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDAD
	01 - Ambu	<ul style="list-style-type: none">➤ Reanimador pulmonar manual de silicone com reservatório tamanho adulto;➤ Deve possuir saco reservatório descartável;➤ Deve possuir extensão com conector em PVC – descartável;➤ Máscara de silicone: adulto balão	50 unidades

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

		de silicone auto inflável de 1600ml; ➤ Membranas em silicone; ➤ Válvula de reinalação Pop-off; ➤ Válvula para bolsa de ar; ➤ Manual de instruções com validade do produto e certificado de garantia.	
--	--	--	--

LOTE 28	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Laringoscópio – adulto	➤ Deverá conter: cabo em aço Inox à prova de ferrugem; ➤ Deverá conter abertura na base do cabo com fácil conversão; ➤ Bateria recarregável; ➤ Tampa rosqueável com mola em aço inox; ➤ Material: aço inoxidável austeníticos à prova de ferrugem; ➤ Acabamento acetinado para redução do brilho; ➤ Deve possuir mínimo de três lâminas curvas: tamanhos nº 2,3 e 4; ➤ Iluminação: lâmpada Halógena 2,5V Lâmina Standard.	75 unidades
	02 - Laringoscópio – pediátrico	➤ Deverá conter: cabo em aço inox à prova de ferrugem; ➤ Tampa rosqueável com mola em aço inox; ➤ Alimentação: baterias recarregáveis; ➤ Iluminação: lâmpada Halógena 2,5V Lâmina Standard Fabricada em aço inoxidável austeníticos à prova de ferrugem, acabamento acetinado para redução do brilho Autoclavável a 134 °C durante 5 minutos Esterilizável em óxido de etileno ou autoclave a vapor. Com três Lâminas curvas: tamanhos 0,1 e 2.	75unidades

LOTE 29	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
---------	------	-----------------------	--------

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

– Reserva 25% ME/EPP (Lote 17)	01 - Balança antropométrica	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Capacidade: mínimo 1kg até 150kg; ➤ Plataforma medidas mínimas: 380x290mm e altura: 1,30m; ➤ Tapete em borracha antiderrapante; ➤ Régua antropométrica: 2 metros, com escala de 0,5cm; ➤ Material da régua: alumínio anodizado; ➤ Material do cursor: aço inoxidável; ➤ Com pés reguláveis. 	13 unidades
	02 - Balança Pediátrica	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Deve possuir concha anatômica; ➤ Material da concha: polipropileno, com antigermes; ➤ Medidas mínimas da concha: 540 x 290mm; ➤ Display LED com 6 dígitos, com medidas mínimas de 14,2mm A e 8,1mm L; ➤ Material da estrutura: aço carbono bicromatizado com cobertura plástica; ➤ Pés reguláveis em borracha sintética; ➤ Tensão: bivolt; ➤ Deve possuir cabo de alimentação. 	13 unidades

LOTE 30	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
– Reserva 25% ME/EPP (Lote 18)	01 – Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Torso simples desenvolvido para treino de RCP, deve conter: traços anatômicos aparentes das clavículas, costelas e mamilos; ➤ Deve ser composto por: torso simples para treino de reanimação cardiopulmonar, com três modos de seleção (neutro, adulto e infantil), e ventilação com expansão do tórax; ➤ Deve proporcionar abertura das vias aéreas para treino de ventilação com visualização da expansão do tórax; ➤ Na região posterior deve conter: dispositivo com modo de seleção: neutro, adulto e infantil, para treino de 	13 unidades

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

		<p>compressões torácicas com emissão de sinal sonoro;</p> <p>➤ Material: confeccionado em PVC e poli elastômero;</p> <p>➤ Ventilação com visualização da expansão do tórax;</p> <p>➤ Compressões torácicas no modo: neutro, adulto e infantil, com emissão de sinal sonoro tipo CLICK, que indica que a profundidade está correta;</p> <p>➤ Acessórios: 10 Protetores de face1 máscara facial de reposição 1, talco 1, bolsa para transporte 1, via aérea de reposição 1, Manual do Usuário;</p> <p>➤ Peso máximo aproximado: 4,00 Kg.</p>	
	02 - Torso humano com aparelho genital feminino e masculino	<p>➤ Torso de corpo humano em tamanho natural com órgãos internos removíveis;</p> <p>➤ Modelo de no mínimo 85cm incluindo: tronco, placa de mama feminina, cabeça, olho, cérebro, nervos e vértebra da coluna vertebral, pulmão, coração, traqueia, esôfago e descendente aorta, diafragma, fígado, rim, estômago, intestino, genitália masculina e genitália feminina com feto;</p> <p>➤ Modelo bissexual com o órgão feminino e masculino, deverá conter: órgão feminino</p> <p>deve incluir um feto no útero removível. Na cabeça deve conter dois lados, o lado externo da face e o lado interno com a parte craniana exposta na lateral, também no modelo deve conter cavidade nasal, metade do cérebro, cerebelo, bulbo, artéria, veia, globo ocular, nervo óptico, epiglote, esôfago, cartilagem tireóide, glândula tireóide, traquéia, costela, esterno, diafragma, músculo peitoral maior, glândula mamária, auréola, papila mamária, dois pulmões, coração, fígado com vesícula biliar, válvula bicúspide e tricúspide, estômago, intestino (grosso e delgado), metade dos rins, glândula</p>	13 unidades

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

		adrenal, ureter, bexiga, ceco, veias e filamentos nervosos com abertura nas costas e espinha exposta com vértebra e segmentos; > O modelo ainda deverá possuir abertura nas costas com vértebras removíveis; > Base de plástico com dimensões de 85 cm de altura e 40 partes; > Modelo deve representar o tamanho natural.	
	03 - Torso de gravidez anatomia	> Medidas mínimas: 7,5cm C X 8,0cm L X 19,0cm de A (sem suporte) 20,0cm de altura sem o suporte 3,5cm largura da cabeça 4,5cm altura da cabeça; > Material: propiletileno com partes transparentes para mostrar o seu interior, feto destacável no 7º mês de gestação, cérebro destacável, coração e glândulas mamárias.	13 unidades

LOTE 31 – Reserva 25% ME/EPP (Lote 19)	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Braços simulador de punção venosa	> Simulador de braço adulto, avançado, desenvolvido para treino de punção venosa completa: deverá apresentar traços anatômicos realísticos com textura de pele macia, permite realizar procedimento técnico de punção venosa em veia cefálica, veia basílica, veia cubital medial, veia cubital anterior medial, veia metacarpal, dorsal etc.; > O modelo deve ser compatível para realização de procedimentos de hemoterapia venosa, transfusão de sangue e injeção; > Deve acompanhar: braço de treinamento de punção venosa e injeção avançada; campo cirúrgico; Suporte IV; bureta (2); seringa 50ml, 5ml e 1ml; 01 scalpe; grampo (2); talco (1) ; pó de simulado sangue (1); torniquete de borracha (1).	13 unidades

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

LOTE 32	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
– Reserva 25% ME/EPP (Lote 22)	01 - Manequim corpo inteiro para treinamento - adulto	<p>➤ Modelo: adulto bissexual, medindo aproximadamente 170 cm, com estrutura anatômica da cavidade oral, abertura mandibular, arcada dentaria, língua, palato, úvula, glote, cordas vocais, traços anatômicos realísticos, clavícula, osso, esterno, escapulas e coluna vertebral, textura da pele macia;</p> <p>➤ O modelo ser composto por: cavidade oral, abertura mandibular, arcada, dentaria, língua, palato, úvula, glote, cordas vocais, clavícula, ossos esterno, escapulas, coluna vertebral, órgãos internos (coração, pulmões, estomago, intestino e bexiga urinária), órgãos feminino e masculino.</p>	05 unidades

LOTE 33	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
– Reserva 25% ME/EPP (Lote 25)	01 - Estetoscópio adulto	<p>➤ Auscultador: cabeça dupla;</p> <p>➤ Material do Auscultador: aço inox;</p> <p>➤ Acabamento do Auscultador: polido;</p> <p>➤ Diâmetro do diafragma: 4,4cm;</p> <p>➤ Material do Diafragma: epóxi / fibra de vidro;</p> <p>➤ Tipo do Diafragma: sintonizável;</p> <p>➤ Diâmetro do Sino: 3,2cm;</p> <p>➤ Material das Olivas: nano silicone;</p> <p>➤ Acabamento da Haste: polido;</p> <p>➤ Tubo em Y: único de PVC;</p> <p>➤ Comprimento Total: mínimo 78cm;</p> <p>➤ Peso: máximo 280gr;</p> <p>➤ Deve ser devidamente aprovado pelo órgão competente.</p>	25 unidades

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

	02 - Estetoscópio duplo para ensino	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Auscultador duplo, permite auscultar sons de baixas e altas frequência; ➤ Auscultador material: aço inox; ➤ Deverá permitir sons com graves e agudos bem definidos; ➤ Material do tubo: PVC com Lúmen Único; ➤ Material das Olivas: Ultra-AdSoft; ➤ Deverá ter ângulo das hastes ajustado em 15° para melhor ergonomia; diâmetro do diafragma: 4,5 cm; ➤ Tamanho do tubo: máximo 96 cm; ➤ Deve ser devidamente provado pelo órgão competente. 	25 unidades
	03 - Estetoscópio pediátrico	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Auscultador material: aço inoxidável de alta qualidade; ➤ Tudo material: PVC flexível e resistente; ➤ Olivas Material: deve ser macio; ➤ Comprimento máximo: 80cm; ➤ Deve ser devidamente aprovado pelo órgão competente. 	25 unidades

LOTE 34 – Reserva 25% ME/EPP (Lote 28)	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QTDADE
	01 - Laringoscópio – adulto	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Deverá conter: cabo em aço Inox à prova de ferrugem; ➤ Deverá conter abertura na base do cabo com fácil conversão; ➤ Bateria recarregável; ➤ Tampa rosqueável com mola em aço inox; ➤ Material: aço inoxidável austeníticos à prova de ferrugem; ➤ Acabamento acetinado para redução do brilho; ➤ Deve possuir mínimo de três lâminas curvas: tamanhos nº 2,3 e 4; ➤ Iluminação: lâmpada Halógena 2,5V Lâmina Standard. 	25 unidades
	02 - Laringoscópio –	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Deverá conter: cabo em aço inox à 	25 unidades

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

	pediátrico	prova de ferrugem; ➤ Tampa rosqueável com mola em aço inox; ➤ Alimentação: baterias recarregáveis; ➤ Iluminação: lâmpada Halógena 2,5V Lâmina Standard Fabricada em aço inoxidável austeníticos à prova de ferrugem, acabamento acetinado para redução do brilho Autoclavável a 134 °C durante 5 minutos Esterilizável em óxido de etileno ou autoclave a vapor. Com três Lâminas curvas: tamanhos 0,1 e 2.	
--	------------	--	--

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 O Catálogo Eletrônico de Materiais e Serviços do Estado do Paraná (e-CAT) ainda não foi implantado na integralidade pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência/SEAP – órgão responsável. Desse modo, não foi possível utilizar o Catálogo Eletrônico de Padronização na presente aquisição.

1.3.2 Esclarece-se que as descrições utilizadas no presente Termo de Referência foram elaboradas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que as especificações técnicas da aquisição de bens são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 O prazo de entrega dos materiais é de 30 dias contados da assinatura do contrato ou anexo à nota de empenho.

1.4.2 A definição do prazo de 30 dias para a entrega dos equipamentos e mobiliário de enfermagem é fundamentada em uma análise criteriosa das condições do mercado e das necessidades operacionais das instituições. Em primeiro lugar, é importante destacar que os itens solicitados como cadeiras de rodas, macas, suportes para soro, estetoscópios, termômetros, entre outros são produtos amplamente disponíveis e comercializados por diversos fornecedores especializados no setor hospitalar. A oferta desses equipamentos é constante, pois eles compõem o estoque básico de empresas que atendem hospitais, clínicas e unidades de pronto atendimento em todo o país.

1.4.3 A logística de aquisição desses materiais, portanto, não apresenta grandes obstáculos em termos de produção ou distribuição. Diferentemente de equipamentos altamente tecnológicos ou personalizados, que demandam processos de fabricação sob encomenda e prazos estendidos, os itens de enfermagem são padronizados e mantidos em estoque justamente para atender demandas imediatas. Além disso, a cadeia de suprimentos desse segmento é consolidada, com transportadoras e distribuidores habituados a realizar entregas rápidas e seguras, mesmo em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

1.4.4 Outro ponto relevante é que a legislação vigente e as normas técnicas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) estabelecem padrões claros para esses equipamentos, o que facilita a aquisição sem necessidade de adaptações ou certificações adicionais. Isso contribui para que o processo de compra seja ágil, desde a cotação até a entrega final, sem entraves burocráticos que possam atrasar o recebimento dos materiais.

1.4.5 O prazo de 30 dias, portanto, é suficiente para que o fornecedor realize todas as etapas necessárias: separação dos itens, embalagem adequada, transporte e entrega no local designado. Esse período também contempla eventuais imprevistos logísticos, como atrasos pontuais no trânsito ou necessidade de ajustes na documentação de transporte, sem comprometer o funcionamento dos laboratórios das escolas.

É importante ressaltar que, ao estipular um prazo de 30 dias, a administração pública ou privada demonstra responsabilidade e compromisso com a eficiência dos processos de aquisição. Esse tempo é compatível com as melhores práticas do mercado, permitindo que os gestores realizem o planejamento adequado para a utilização nas escolas. Além disso, o prazo não é excessivamente longo, o que evita prejuízos às escolas e garante que as necessidades dos alunos sejam atendidas em tempo hábil.

1.4.6 Pelo exposto, a justificativa para o prazo de 30 dias na entrega dos equipamentos de enfermagem está embasada na ampla oferta desses itens no mercado, na padronização dos produtos, na eficiência da cadeia logística. Esse período é suficiente para que todas as etapas do processo de aquisição sejam cumpridas com qualidade e segurança, sem comprometer o atendimento aos pacientes. A adoção desse prazo reflete o compromisso das instituições com a gestão eficiente dos recursos e com a promoção de um ambiente assistencial adequado, alinhado às exigências técnicas e legais do setor.

1.4.7 Os locais de entrega dos equipamentos estão descritos no **ANEXO I** desse TERMO DE REFERÊNCIA.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O Curso Técnico em Enfermagem visa o aperfeiçoamento na concepção de uma formação técnica que articule trabalho, cultura, ciência e tecnologia como princípios que sintetizem todo o processo formativo. As aquisições têm como prioridade as aulas práticas nos laboratórios das instituições de ensino que ofertam o Curso Técnico em Enfermagem, mostrando a perspectiva de uma formação profissional como constituinte da integralidade do processo educativo.

2.2 Assim, os componentes curriculares integram-se e articulam-se garantindo que os saberes científicos e tecnológicos sejam a base da formação técnica e ao mesmo tempo ampliem as perspectivas do “fazer técnico” para que o estudante se compreenda como sujeito histórico que produz sua existência pela interação consciente com a realidade construindo valores, conhecimentos e cultura. Importante ressaltar que o curso foi estruturado de forma que ao final do 3º semestre possa-se conceder a certificação intermediária de Auxiliar de Enfermagem, já que o conjunto de disciplinas e estágios realizados até então lhe propiciam condições de exercer esta atividade profissional, mostrando a importância de proporcionar aulas práticas com equipamentos novos e atuais.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

2.3 A área da saúde ao democratizar-se com ampliação de cobertura pelo Sistema Único de Saúde e pela introdução de programas de proteção especial a diversos segmentos da população, bem como pela ampliação do Programa Saúde da Família requisita cada vez mais profissionais qualificados e impõe permanente atualização.

2.4 A Educação Profissional e Tecnológica na rede pública estadual do Paraná está firmemente empenhada em enfrentar os desafios associados à qualidade do processo de ensino-aprendizagem, adotando medidas proativas para superar os obstáculos que se apresentam à Secretaria de Estado de Educação.

2.5 Considerando a ampliação e/ou renovação dos laboratórios do Curso Técnico de Enfermagem, novas aquisições de equipamentos, mobiliário e insumos e/ou reposições de itens para ampliar e melhorar os ambientes escolares, tornando-os mais atrativos e eficientes na formação técnica dos estudantes.

2.6 Vale ressaltar que os itens para ampliação e/ou renovação dos laboratórios de Enfermagem, irão oportunizar a inserção equipamentos, mobiliário e itens essenciais ao curso para futura inserção no mundo do trabalho.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO.

3.1 Os itens irão complementar e/ou repor laboratórios do Curso de Técnico em Enfermagem.

3.1.1 Todos os itens, fazem parte das aulas práticas no laboratório do Curso de Técnico em Enfermagem, sendo para manuseio para conhecimento do processo como um todo. Não necessariamente, precisam estar juntos ao mesmo tempo, ou seja, os itens que compõe o laboratório para conhecimento dos equipamentos e mobiliário dependerão da aula prática a ser realizada, então, poderá ser adquirido laringoscópio pediátrico e não ser utilizado juntamente com a manequim corpo inteiro para treinamento pediátrico para conhecimento prático.

4 PESQUISA DE PREÇOS

4.1 Conforme fls. 5147-5154, mov. 865, do protocolo em epígrafe, foi realizada ampla Pesquisa de Preços, nas diversas fontes disponíveis, como dispõe o art. 368 e seguintes do Decreto Estadual nº 10.086/2022, sendo:

4.2 Foi realizada ampla pesquisa de preços, nas diversas fontes disponíveis, conforme dispõe o art. 368º do Decreto Estadual nº 10.086/2022, sendo:

4.3 Foi realizada Pesquisas de Preço via Sistema de Gestão de Materiais e Serviços : Nº 373/2026, 374/2026, 376/2026, 377/2026, 378/2026, 379/2026, 380/2026, 382/2026, sem cotação retornada

4.4 Foi solicitado orçamentos para empresas (e-mail e GMS), sendo que : CIVIAM, LILIMED, ANATOMIC, CARDIOMED, CONSULAB, DUMONT SIMULADORES, INDUSFORT, LANCO, METALIC MEDICAL, MR SOLUÇÕES, NOVITALY, PLANISTAL, VAD MEDICAL e SÃO FELIPE retornaram com cotação via e-mail e nenhuma negativa.

4.5 Foi realizada a pesquisa no GMS, Preço Registrado, não sendo localizados objetos semelhantes solicitado no protocolo.

4.6 Foi realizada a pesquisa no PNCP, sendo localizado objetos semelhantes solicitado no protocolo.

4.7 Foi realizada a pesquisa em endereços eletrônicos (Home Page), sendo localizados os itens solicitados.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

4.8 Foi realizada a pesquisa em endereços eletrônicos (Home Page), sendo localizados os itens solicitados.

4.9 Foi realizada a pesquisa em Notas Fiscais Federais e Menor Preço, sendo localizados objetos semelhantes aos solicitados no protocolo

4.10 Foi realizada a pesquisa em Notas Fiscais Federais e Menor Preço, sendo localizados objetos semelhantes aos solicitados no protocolo.

4.11 Em respeito ao art. 296 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, §2, deverá ser observado o intervalo temporal máximo de 6 meses entre as datas das cotações e a divulgação do edital de licitação, ressalta-se que a data das referidas cotações que compõem este mapa de preços consta no quadro ao lado das informações das empresas que enviaram propostas.

4.12 Parâmetros Estatísticos para definição do valor estimado:

- Coeficiente de variação Menor ou igual a 25%: O coeficiente indica a oscilação dos dados obtidos na pesquisa de preços em relação à média, indicando valores homogêneos. Neste caso, é indicado utilizar a Média de Preço com exclusão de valores inexequíveis ou excessivamente altos.
- Coeficiente de variação Superior a 25%: O coeficiente indica a presença de extremos, afetando a média, situação em que se indica utilizar a MEDIANA como critério de definição do preço médio.

4.13 Para fixação do valor estimado foi adotado como critério a MEDIANA, pois apresenta um coeficiente de variação médio de 50,04% para todos os itens, sendo esta a escolha mais econômica para a Administração Pública.

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 Conforme Estudo Técnico Preliminar acostado às fls. 3091, mov. 532, justificando o parcelamento ou não da Solução: A separação da aquisição em 28 lotes, agrupados por similaridade de itens, foi adotada com o objetivo principal de ampliar as oportunidades de participação e garantir que todos os lotes recebam propostas válidas, evitando assim o fracasso de qualquer lote. Essa abordagem estimula a concorrência ao permitir que empresas de diferentes portes, inclusive as de menor capacidade operacional, possam disputar os lotes de acordo com sua especialidade e estrutura, promovendo um ambiente mais inclusivo e competitivo. Ao assegurar que cada lote seja

atrativo e acessível para potenciais fornecedores, minimiza-se o risco de lotes desertos ou fracassados, o que contribui para a eficiência do processo de contratação e para o atendimento integral das necessidades da Administração. Além disso, essa estratégia favorece a obtenção de melhores condições comerciais, já que a concorrência é ampliada e os fornecedores podem oferecer propostas mais vantajosas, beneficiando o interesse público

5.1.1 Quanto ao Lote 17: Os itens balanças em um único lote foi estrategicamente planejada com base na similaridade técnica e na classificação dos produtos. Essa abordagem visa facilitar a participação das empresas interessadas na futura licitação, promovendo maior competitividade e eficiência no processo. Ao agrupar itens semelhantes, buscamos otimizar a logística, simplificar o atendimento aos requisitos e ampliar as oportunidades de negócios para fornecedores especializados, tornando o certame mais atrativo e transparente.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

5.1.1.2 Quanto ao Lote 18: São itens relacionados a torsos do corpo humano, reunidos por similaridade técnica e funcional, visando facilitar o processo de cotação e participação das empresas interessadas na futura licitação. Foi separado por similaridade permitindo maior clareza na especificação dos produtos, tornando o edital mais atrativo e transparente, além de ampliar as oportunidades de negócios para fornecedores especializados neste segmento.

5.1.1.3 Quanto ao Lote 25: Os itens estetoscópios foram agrupados devido à sua similaridade, o que facilita o processo de licitação e torna a participação mais acessível para empresas do setor. Além disso, conforme análise das cotações realizadas, observou-se que o valor unitário de cada item é considerado baixo, o que representa uma oportunidade especialmente atrativa para pequenas e

microempresas interessadas em participar da futura licitação, ampliando a competitividade e promovendo maior inclusão no processo.

5.1.1.4 Quanto ao Lote 28: Os itens laringoscópio foram agrupados em um mesmo lote devido à sua similaridade técnica e funcional, visando facilitar o processo de licitação futura, proporcionando maior atratividade para as empresas participantes, pois permite a oferta conjunta de produtos correlatos, otimizando a logística e ampliando as oportunidades de negócios. Dessa forma, espera-se estimular a competitividade e garantir propostas mais vantajosas para a administração pública.

5.1.1.5 Quanto aos lotes 17, 18, 19, 22, 25 e 28 deverão ser reservados 25% (vinte e cinco por cento) para cota de ME e EPP.

6 SUSTENTABILIDADE

6.1 A aquisição de itens para laboratórios do Curso Técnico em Enfermagem da rede pública estadual, exige atenção a uma série de requisitos específicos, normativos, de segurança, sustentabilidade, qualidade e legalidade que visam garantir a qualidade, a segurança e a adequação dos materiais e equipamentos ao contexto educacional.

6.2 Deverá a (s) Contratada (s) conforme Art. 362, no caso de aquisição de bens a Administração deverá prever que o contratado adotará as seguintes práticas de sustentabilidade:

I - Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT NBR 10.004/2004, onde estabelece os critérios de classificação de resíduos sólidos considerando seus riscos à saúde pública e ao meio ambiente a empresa deve seguir as diretrizes gerais da norma para o gerenciamento adequado desses resíduos; como: Identificação do risco: o material que se pretende reciclar deve ser classificado de acordo com a ABNT NBR 10.004/2004 para determinar se ele apresenta características perigosas, como inflamabilidade, corrosividade ou toxicidade. Também, de Classificação em Classe I: Se o resíduo apresentar riscos, ele será classificado como Resíduo Perigoso (Classe I).

II - Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

IV - Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil- polibromados (PBBs), éteres difenil- polibromados (PBDEs)

6.4 Os documentos abaixo elencados, são considerados requisitos para contratação também:

a) Habilitação jurídica: comprovação de inscrição no órgão competente, como CNPJ, certidões negativas de débitos fiscais, trabalhistas e previdenciários, além de regularidade com o FGTS.

b) Capacidade de atendimento: capacidade de atender às demandas da rede estadual de forma eficiente, dentro dos prazos estabelecidos.

c) Sistema de Gestão de Materiais e Serviços – GMS: é uma ferramenta eletrônica utilizada pelo Governo do Paraná para gerenciar processos de compras públicas, desde o planejamento até a execução contratual, a empresa deverá estar devidamente cadastrada para o certame e, o mesmo Sistema é utilizado para pagamento:

(<https://www.administracao.pr.gov.br/Compras/CAUFPR> 41 3313 .6409 3313.6412).

7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 Nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece tratamento jurídico diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, ficam os Lotes 1 a 16, 20 a 21 e 23 a 27 desta licitação **reservados exclusivamente** à participação desses segmentos empresariais, em observância à política de fomento e estímulo à competitividade prevista na legislação.

7.2 Por outro lado, em relação aos Lotes 17, 18, 19, 22, 25 e 28, o certame será processado em regime de **ampla concorrência**, destinando 25% a ME/EPP de modo a assegurar a isonomia entre os licitantes e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

8.1 Os objetos dessa licitação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

9.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da assinatura contratual, não haverá entrega parcelada por contrato, cada contrato deverá ser atendido em uma única etapa. No entanto, considerando que o processo envolve vários lotes e diferentes empresas podem ser vencedoras, as entregas de cada contrato podem ocorrer em datas distintas, conforme a organização e logística de cada fornecedor (em até 30 dias após assinatura contratual).

9.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

9.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.6 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no **Anexo I** deste Termo de Referência, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.6.1 O Contratado deverá entrar em contato com o Diretor (a) ou Secretário (a) Escolar, para agendamento da entrega.

9.7 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato).

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

10.1.9.2 retardamentos na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumentos das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.9.4 reservas de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas” (art.62, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome **SEED - Secretaria de Estado da Educação, CNPJ 76.416.965/0001-21, Avenida Presidente Kennedy nº. 2.511, Guaíra, Curitiba/PR, CEP. 80.610-011**, constando *nome da Instituição de Ensino, número da licitação, lote/item e validade dos produtos*, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO.

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II do edital.

12.4 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

12.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada pôr termo aditivo ao contrato.

14.SUBCONTRATAÇÃO

14.1 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.2 Quando permitida a subcontratação, o contratado deverá apresentar documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado.

14.3 A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pela razão abaixo justificada:

15.1.1 não há complexidade e vultuosidade na presente contratação, não comprometendo o cumprimento das obrigações.

16 VIGÊNCIA:

16.1 O contrato terá vigência de 180 (dias), podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

16.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

16.1.1.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

17. DO REAJUSTAMENTO.

17.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), pois trata-se da taxa oficial da inflação do país, sendo que o indicador mede a variação do preços de produtos e serviços em geral, mês a mês, indicando se na média, os preços aumentaram, diminuíram ou permaneceram estáveis de um mês para o mês seguinte, sendo pertinente a sua utilização na aquisição de objeto comum.

17.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado – 29/01/2026.

17.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

17.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

17.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

17.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

17.5 O reajuste dos preços depende de pedido do Contratado, que deve ser protocolado até 30 (trinta) dias antes do fim do período acima enunciado.

17.6 O transcurso do período citado no item 13.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

18.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão Orçamento: 41 - Secretaria de Estado da Educação
Gestão/Unidade: 4101 - Gabinete do Secretário
Fonte de Recursos: 754 - Recursos de Operações de Crédito
Programa de Trabalho: 12.368.32.7015-Programa Educação para o Futuro do Estado do Paraná
BID
Elemento de Despesa: 449052 - Equipamentos e Material Permanente - Bens Móveis
Subitem da Despesa: 42 - Mobiliário em Geral – 2229
Tipo Patrimonial: 2 - Equipamentos e Material Permanente - Bens Móveis

Produto	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	Valor
Mobiliário em Geral	0,00	28.500,00	0,00	0,00	28.500,00

Órgão Orçamento: 41 - Secretaria de Estado da Educação
Gestão/Unidade: 4101 - Gabinete do Secretário

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

Fonte de Recursos: 754 - Recursos de Operações de Crédito
Programa de Trabalho: 12.368.32.7015-Programa Educação para o Futuro do Estado do Paraná
BID
Elemento de Despesa: 449052 - Equipamentos e Material Permanente - Bens Móveis
Subitem da Despesa: 08 - Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médico- Odontológico, Laboratorial e Hospitalar – 2
Tipo Patrimonial: 2 - Equipamentos e Material Permanente - Bens Móveis

Produto	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	Valor
Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médico- Odontológico,	0,00	1.438.629,00	0,00	0,00	1.438.629,00
Valor Total	1.467.129,00				

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

20. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

20.1 Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 23 de abril de 2026.

Maria Augusta Martins Estati
Responsável pela elaboração do Termo de Referência
Equipe da Coordenação Planejamento e Compras
SEED/NAS/PLCO

De acordo,

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo 23.555.520-4

Edgar Cavalli Junior
Coordenação do NAS/Planejamento e Compras
Decreto 11.122/2025

Adriana kampa
Coordenação Técnica da Educação Profissional
DEP/DEDUC/SEED
Decreto nº 4468/2023

De acordo,

Anderson Muniz Canizella
Coordenação Pedagógica do Departamento de Educação Profissional
Decreto n.º 4.468/2023

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 58 de 124)

ANEXO I					
INSTITUIÇÃO DE NESINO	MUNICÍPIO	END. E TELEFONE PARA CONTATO	LOTE	ITEM	QTDADE
Centro Estadual de Educação Profissional “Antonio Lacerda Braga”	Colombo	Rua Abel Scuissiato, 140 –Maracanã - CEP 83408-280 Telefone: (41) 3666-7030	1	Mesa auxiliar	05
			2	Berço com cesto	03
			3	Carro maca leito	03
			4	Maca hospitalar	05
			5	Mesa de Mayo	05
			6	Mesa ginecológica	02
			7	Tripé porta soro	05
			8	Biombo hospitalar	05
			9	Hamper hospitalar	05
			10	Papagaio hospitalar	05
			11	Comadre hospitalar	05
			12	Carrinho de emergência para curativo	05
			13	Cadeira de rodas	02
			14	Cadeira de banho	02
			15	Armário vitrine hospitalar	02
			16	Tripé de apoio para punção venosa	05
			17	Item 01 – Balança antropométrica	05
				Item 02 – Balança pediátrica	05
			18	Item 01 – Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico;	05
				Item 02 – Torso humano com aparelho genital feminino e masculino;	05
				Item 03 – Torso de gravidez anatomia.	05

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 59 de 124)

			19	Braços simulador de punção venosa	05
			20	Esqueleto humano com coluna flexível e ligamentos	02
			21	Modelo anatômico do coração	05
			22	Manequim corpo inteiro para treinamento - adulto	02
			23	Manequim corpo inteiro para treinamento - pediátrico	02
			24	Esfingomanômetros	05
			25	Item 01 - Estetoscópio adulto; Item 02 - Estetoscópio duplo para ensino; Item 03 - Estetoscópio pediátrico.	10 10 10
			26	Sonar Fetal	05
			27	Ambu	05
			28	Item 01 - Laringoscópio – adulto; Item 02 - Laringoscópio – pediátrico	10 10

NSTITUIÇÃO DE ENSINO	MUNICÍPIO	END. E TELEFONE PARA CONTATO	LOTE	ITEM	QTDAD
Colégio Estadual “Sagrada Família”, Ensino Fundamental, Médio Normal e Profissional	Campo Largo	Rua: XV de Novembro, 1775 - Centro – CEP 83601-030 Telefone: (41) 3292-1071	1	Mesa auxiliar	05
			2	Berço com cesto	03
			3	Carro maca leito	03
			4	Maca hospitalar	05
			5	Mesa de Mayo	05
			6	Mesa ginecológica	02
			7	Tripé porta soro	05

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 60 de 124)

			8	Biombo hospitalar	05
			9	Hamper hospitalar	05
			10	Papagaio hospitalar	05
			11	Comadre hospitalar	05
			12	Carrinho de emergência para curativo	05
			13	Cadeira de rodas	02
			14	Cadeira de banho	02
			15	Armário vitrine hospitalar	02
			16	Tripé de apoio para punção venosa	05
			17	Item 01 – Balança antropométrica	05
				Item 02 – Balança pediátrica	05
			18	Item 01 – Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico;	05
				Item 02 – Torso humano com aparelho genital feminino e masculino;	05
				Item 03 – Torso de gravidez anatomia.	05
			19	Braços simulador de punção venosa	05
			20	Esqueleto humano com coluna flexível e ligamentos	02
			21	Modelo anatômico do coração	05
			22	Manequim corpo inteiro para treinamento - adulto	02
			23	Manequim corpo inteiro para treinamento - pediátrico	02
			24	Esfigmomanômetros	05
			25	Item 01 - Estetoscópio adulto;	10
				Item 02 - Estetoscópio duplo para ensino;	10
				Item 03 - Estetoscópio pediátrico.	10

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 61 de 124)

			26	Sonar Fetal	05
			27	Ambu	05
			28	Item 01 - Laringoscópio – adulto; Item 02 - Laringoscópio – pediátrico	10 10

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	MUNICÍPIO	END. E TELEFONE PARA CONTATO	LOTE	ITEM	QTDADE
Centro Estadual de Educação Profissional de Cianorte	Cianorte	Rua: Dom Pedro II, 1550 – Zona 01 CEP 87200-025 Telefone: (44) 3631-9685	1	Mesa auxiliar	05
			2	Berço com cesto	03
			3	Carro maca leito	03
			4	Maca hospitalar	05
			5	Mesa de Mayo	05
			6	Mesa ginecológica	02
			7	Tripé porta soro	05
			8	Biombo hospitalar	05
			9	Hamper hospitalar	05
			10	Papagaio hospitalar	05
			11	Comadre hospitalar	05
			12	Carrinho de emergência para curativo	05
			13	Cadeira de rodas	02
			14	Cadeira de banho	02
			15	Armário vitrine hospitalar	02
			16	Tripé de apoio para punção venosa	05

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 62 de 124)

			17	Item 01 – Balança antropométrica Item 02 – Balança pediátrica	05 05
			18	Item 01 – Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico; Item 02 – Torso humano com aparelho genital feminino e masculino; Item 03 – Torso de gravidez anatomia.	05 05 05
			19	Braços simulador de punção venosa	05
			20	Esqueleto humano com coluna flexível e ligamentos	02
			21	Modelo anatômico do coração	05
			22	Manequim corpo inteiro para treinamento – adulto	02
			23	Manequim corpo inteiro para treinamento – pediátrico	02
			24	Esfigmomanômetros	05
			25	Item 01 – Estetoscópio adulto; Item 02 – Estetoscópio duplo para ensino; Item 03 – Estetoscópio pediátrico.	10 10 10
			26	Sonar Fetal	05
			27	Ambu	05
			28	Item 01 – Laringoscópio – adulto; Item 02 – Laringoscópio – pediátrico	10 10

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	MUNICÍPIO	END. E TELEFONE PARA	LOTE	ITEM	QTD
-----------------------	-----------	----------------------	------	------	-----

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 63 de 124)

		CONTATO			
Colégio Estadual Avelino Antônio Vieira	Curitiba	Rua: Júlio Mesquita, 12 – Fazendinha - CEP 81.330-390 Telefone: (41) 3288-2459	1	Mesa auxiliar	05
			2	Berço com cesto	03
			3	Carro maca leito	03
			4	Maca hospitalar	05
			5	Mesa de Mayo	05
			6	Mesa ginecológica	02
			7	Tripé porta soro	05
			8	Biombo hospitalar	05
			9	Hamper hospitalar	05
			10	Papagaio hospitalar	05
			11	Comadre hospitalar	05
			12	Carrinho de emergência para curativo	05
			13	Cadeira de rodas	02
			14	Cadeira de banho	02
			15	Armário vitrine hospitalar	02
			16	Tripé de apoio para punção venosa	05
			17	Item 01 – Balança antropométrica	05
				Item 02 – Balança pediátrica	05
			18	Item 01 – Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico;	05
				Item 02 – Torso humano com aparelho genital feminino e masculino;	05
				Item 03 – Torso de gravidez anatomia.	05
			19	Braços simulador de punção venosa	05
			20	Esqueleto humano com coluna flexível e ligamentos	02

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 64 de 124)

			21	Modelo anatômico do coração	05
			22	Manequim corpo inteiro para treinamento – adulto	02
			23	Manequim corpo inteiro para treinamento – pediátrico	02
			24	Esfigmomanômetros	05
			25	Item 01 – Estetoscópio adulto; Item 02 – Estetoscópio duplo para ensino; Item 03 – Estetoscópio pediátrico.	10 10 10
			26	Sonar Fetal	05
			27	Ambu	05
			28	Item 01 – Laringoscópio – adulto; Item 02 – Laringoscópio – pediátrico	10 10

NSTITUIÇÃO DE ENSINO	MUNICÍPIO	END. E TELEFONE PARA CONTATO	LOTE	ITEM	QTDADE
São Mateus, C E- EF M PROFIS N	São Mateus do Sul	Rua Dr. Paulo Fortes, 422 – Centro – CEP: 83.900-000 Telefone: (42) 3532-4010	1	Mesa auxiliar	05
			2	Berço com cesto	03
			3	Carro maca leito	03
			4	Maca hospitalar	05
			5	Mesa de Mayo	05
			6	Mesa ginecológica	02
			7	Tripé porta soro	05
			8	Biombo hospitalar	05

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo n° 23.555.520-4 Pregão Eletrônico n° 1789/2025 – EDITAL (página 65 de 124)

			9	Hamper hospitalar	05
			10	Papagaio hospitalar	05
			11	Comadre hospitalar	05
			12	Carrinho de emergência para curativo	05
			13	Cadeira de rodas	02
			14	Cadeira de banho	02
			15	Armário vitrine hospitalar	02
			16	Tripé de apoio para punção venosa	05
			17	Item 01 – Balança antropométrica	05
				Item 02 – Balança pediátrica	05
			18	Item 01 – Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico;	05
				Item 02 – Torso humano com aparelho genital feminino e masculino;	05
				Item 03 – Torso de gravidez anatomia.	05
			19	Braços simulador de punção venosa	05
			20	Esqueleto humano com coluna flexível e ligamentos	02
			21	Modelo anatômico do coração	05
			22	Manequim corpo inteiro para treinamento – adulto	02
			23	Manequim corpo inteiro para treinamento – pediátrico	02
			24	Esfigmomanômetros	05
			25	Item 01 – Estetoscópio adulto;	10
				Item 02 – Estetoscópio duplo para ensino;	10
				Item 03 – Estetoscópio pediátrico.	10
			26	Sonar Fetal	05

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 66 de 124)

			27	Ambu	05
			28	Item 01 – Laringoscópio – adulto; Item 02 – Laringoscópio – pediátrico	10 10

NSTITUIÇÃO DE ENSINO	MUNICÍPIO	END. E TELEFONE PARA CONTATO	LOTE	ITEM	QTDADE
Colégio Estadual “Reinaldo Sass”, Ensino Fundamental, Médio e Profissional.	Francisco Beltrão	Rua: Alagoas, 475 – Alvorada CEP 85601-080 Telefone: (46) 3524-5357	1	Mesa auxiliar	05
			2	Berço com cesto	03
			3	Carro maca leito	03
			4	Maca hospitalar	05
			5	Mesa de Mayo	05
			6	Mesa ginecológica	02
			7	Tripé porta soro	05
			8	Biombo hospitalar	05
			9	Hamper hospitalar	05
			10	Papagaio hospitalar	05
			11	Comadre hospitalar	05
			12	Carrinho de emergência para curativo	05
			13	Cadeira de rodas	02
			14	Cadeira de banho	02
			15	Armário vitrine hospitalar	02
			16	Tripé de apoio para punção venosa	05
			17	Item 01 – Balança antropométrica Item 02 – Balança pediátrica	05 05

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 67 de 124)

			18	Item 01 – Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico; Item 02 – Torso humano com aparelho genital feminino e masculino; Item 03 – Torso de gravidez anatomia.	05 05 05
			19	Braços simulador de punção venosa	05
			20	Esqueleto humano com coluna flexível e ligamentos	02
			21	Modelo anatômico do coração	05
			22	Manequim corpo inteiro para treinamento – adulto	02
			23	Manequim corpo inteiro para treinamento – pediátrico	02
			24	Esfigmomanômetros	05
			25	Item 01 – Estetoscópio adulto; Item 02 – Estetoscópio duplo para ensino; Item 03 – Estetoscópio pediátrico.	10 10 10
			26	Sonar Fetal	05
			27	Ambu	05
			28	Item 01 – Laringoscópio – adulto; Item 02 – Laringoscópio – pediátrico	10 10
INSTITUIÇÃO DE ENSINO	MUNICÍPIO	END. E TELEFONE PARA CONTATO	LOTE	ITEM	QTDADE
Colégio Estadual “João XXIII”, Ensino Fundamental, Médio	Irati	Rua: Santa Catarina, 260 – Vila São Jorge CEP 84507-344	1	Mesa auxiliar	05
			2	Berço com cesto	03
			3	Carro maca leito	03

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 68 de 124)

e Profissional.		Telefone: (42) 3422-3542	4	Maca hospitalar	05
			5	Mesa de Mayo	05
			6	Mesa ginecológica	02
			7	Tripé porta soro	05
			8	Biombo hospitalar	05
			9	Hamper hospitalar	05
			10	Papagaio hospitalar	05
			11	Comadre hospitalar	05
			12	Carrinho de emergência para curativo	05
			13	Cadeira de rodas	02
			14	Cadeira de banho	02
			15	Armário vitrine hospitalar	02
			16	Tripé de apoio para punção venosa	05
			17	Item 01 – Balança antropométrica	05
				Item 02 – Balança pediátrica	05
			18	Item 01 – Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico;	05
				Item 02 – Torso humano com aparelho genital feminino e masculino;	05
				Item 03 – Torso de gravidez anatomia.	05
			19	Braços simulador de punção venosa	05
			20	Esqueleto humano com coluna flexível e ligamentos	02
			21	Modelo anatômico do coração	05
			22	Manequim corpo inteiro para treinamento – adulto	02
			23	Manequim corpo inteiro para treinamento – pediátrico	02

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 69 de 124)

			24	Esfigmomanômetros	05
			25	Item 01 – Estetoscópio adulto; Item 02 – Estetoscópio duplo para ensino; Item 03 – Estetoscópio pediátrico.	10 10 10
			26	Sonar Fetal	05
			27	Ambu	05
			28	Item 01 – Laringoscópio – adulto; Item 02 – Laringoscópio – pediátrico	10 10

NSTITUIÇÃO DE ENSINO	MUNICÍPIO	END. E TELEFONE PARA CONTATO	LOTE	ITEM	QTDADE
Colégio Estadual “Gabriel de Lara”, Ensino Fundamental, Médio e Profissional	Matinhos	Rua: Albano Müller, 420 – Centro CEP 83260-000 Telefone: (41) 3453-1103	1	Mesa auxiliar	05
			2	Berço com cesto	03
			3	Carro maca leito	03
			4	Maca hospitalar	05
			5	Mesa de Mayo	05
			6	Mesa ginecológica	02
			7	Tripé porta soro	05
			8	Biombo hospitalar	05
			9	Hamper hospitalar	05
			10	Papagaio hospitalar	05
			11	Comadre hospitalar	05
			12	Carrinho de emergência para curativo	05
			13	Cadeira de rodas	02

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 70 de 124)

			14	Cadeira de banho	02
			15	Armário vitrine hospitalar	02
			16	Tripé de apoio para punção venosa	05
			17	Item 01 – Balança antropométrica	05
				Item 02 – Balança pediátrica	05
			18	Item 01 – Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico;	05
				Item 02 – Torso humano com aparelho genital feminino e masculino;	05
				Item 03 – Torso de gravidez anatomia.	05
			19	Braços simulador de punção venosa	05
			20	Esqueleto humano com coluna flexível e ligamentos	02
			21	Modelo anatômico do coração	05
			22	Manequim corpo inteiro para treinamento – adulto	02
			23	Manequim corpo inteiro para treinamento – pediátrico	02
			24	Esfigmomanômetros	05
			25	Item 01 – Estetoscópio adulto;	10
				Item 02 – Estetoscópio duplo para ensino;	10
				Item 03 – Estetoscópio pediátrico.	10
			26	Sonar Fetal	05
			27	Ambu	05
			28	Item 01 – Laringoscópio – adulto;	10
				Item 02 – Laringoscópio – pediátrico	10

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 71 de 124)

NSTITUIÇÃO DE ENSINO	MUNICÍPIO	END. E TELEFONE PARA CONTATO	LOTE	ITEM	QTDADE
Colégio Estadual de Pato Branco, Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal.	Pato Branco	Rua: Argentina, 724 Jardim das Américas CEP 85502-040 Telefone: (46) 3224-2483	1	Mesa auxiliar	05
			2	Berço com cesto	03
			3	Carro maca leito	03
			4	Maca hospitalar	05
			5	Mesa de Mayo	05
			6	Mesa ginecológica	02
			7	Tripé porta soro	05
			8	Biombo hospitalar	05
			9	Hamper hospitalar	05
			10	Papagaio hospitalar	05
			11	Comadre hospitalar	05
			12	Carrinho de emergência para curativo	05
			13	Cadeira de rodas	02
			14	Cadeira de banho	02
			15	Armário vitrine hospitalar	02
			16	Tripé de apoio para punção venosa	05
			17	Item 01 – Balança antropométrica Item 02 – Balança pediátrica	05 05
			18	Item 01 – Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico; Item 02 – Torso humano com aparelho genital feminino e masculino; Item 03 – Torso de gravidez anatomia.	05 05 05
			19	Braços simulador de punção venosa	05

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 72 de 124)

			20	Esqueleto humano com coluna flexível e ligamentos	02
			21	Modelo anatômico do coração	05
			22	Manequim corpo inteiro para treinamento – adulto	02
			23	Manequim corpo inteiro para treinamento – pediátrico	02
			24	Esfigmomanômetros	05
			25	Item 01 – Estetoscópio adulto; Item 02 – Estetoscópio duplo para ensino; Item 03 – Estetoscópio pediátrico.	10 10 10
			26	Sonar Fetal	05
			27	Ambu	05
			28	Item 01 – Laringoscópio – adulto; Item 02 – Laringoscópio – pediátrico	10 10

NSTITUIÇÃO DE ENSINO	MUNICÍPIO	END. E TELEFONE PARA CONTATO	LOTE	ITEM	QTDADE
Reni C Gamper, C E PROFA-EF M PROFIS N	Manoel Ribas	Rua Primeiro de Maio, 454 –Centro – CEP: 85.260-000 Telefone: (43) 3435- 1332	1	Mesa auxiliar	05
			2	Berço com cesto	03
			3	Carro maca leito	03
			4	Maca hospitalar	05
			5	Mesa de Mayo	05
			6	Mesa ginecológica	02

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 73 de 124)

			7	Tripé porta soro	05
			8	Biombo hospitalar	05
			9	Hamper hospitalar	05
			10	Papagaio hospitalar	05
			11	Comadre hospitalar	05
			12	Carrinho de emergência para curativo	05
			13	Cadeira de rodas	02
			14	Cadeira de banho	02
			15	Armário vitrine hospitalar	02
			16	Tripé de apoio para punção venosa	05
			17	Item 01 – Balança antropométrica	05
				Item 02 – Balança pediátrica	05
			18	Item 01 – Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico;	05
				Item 02 – Torso humano com aparelho genital feminino e masculino;	05
				Item 03 – Torso de gravidez anatomia.	05
			19	Braços simulador de punção venosa	05
			20	Esqueleto humano com coluna flexível e ligamentos	02
			21	Modelo anatômico do coração	05
			22	Manequim corpo inteiro para treinamento – adulto	02
			23	Manequim corpo inteiro para treinamento – pediátrico	02
			24	Esfigmomanômetros	05
			25	Item 01 – Estetoscópio adulto;	10
				Item 02 – Estetoscópio duplo para ensino;	10

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 74 de 124)

				Item 03 – Estetoscópio pediátrico.	10
			26	Sonar Fetal	05
			27	Ambu	05
			28	Item 01 – Laringoscópio – adulto; Item 02 – Laringoscópio – pediátrico	10 10

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ANEXO II
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal <https://pncp.gov.br/>, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos no referido certificado ou substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei, admitindo-se o Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo nº 23.555.520-4

Pregão Eletrônico nº 1789/2025

– EDITAL (página 76 de 124)

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1 (um) no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1(um) no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1(um) no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1 Apresentação de 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

1.5.1.1 Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, o fornecimento de **bens ou serviços de natureza semelhante** ao objeto licitado em quantidade de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento), em relação à quantidade de bens exigida para cada lote, para as parcelas de maior relevância ou valor significativo.

1.5.1.1.1 Para fins de comprovação da aptidão técnica de que trata o subitem 1.5.1.1, nos lotes compostos por mais de um item, a comprovação do quantitativo mínimo de **25%** recairá sobre os seguintes itens, por serem considerados de maior relevância ou valor significativo:

- **Lote 17:** Balança Antropométrica.
- **Lote 18:** Torso humano com aparelho genital feminino e masculino.
- **Lote 25:** Estetoscópio duplo para ensino.
- **Lote 28:** Laringoscópio – pediátrico.
- **Lote 29:** Balança Antropométrica.
- **Lote 30:** Torso humano com aparelho genital feminino e masculino.
- **Lote 33:** Laringoscópio – pediátrico.
- **Lote 34:** Laringoscópio – pediátrico.

1.5.1.2 Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior (25%), será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 2.474, de 2015).

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ANEXO III
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1789 Ano: 2025

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:		Inscrição Estadual:	
CNPJ/CPF:			
Endereço:			
Bairro:			
CEP:	Cidade:	Estado:	
Telefone:	Fax:	e-mail:	
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: Aquisição de equipamentos e mobiliário para estruturação de 10 (dez) Laboratórios do Curso Técnico de Enfermagem, das instituições de ensino ofertantes do curso na rede pública estadual.

Lote 1 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	7103-60357	Mesa auxiliar	50		

Lote 2 Exclusivo ME/EPP					
ME	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6515-105180	Berço com cesto	30		

Lote 3 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6515-72263	Carro maca leito	30		

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Lote 4 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	7103-99945	Maca hospitalar	50		

Lote 5 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	7103-41081	Mesa de Mayo	50		

Lote 6 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	7103-56730	Mesa ginecológica	20		

Lote 7 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6511-74471	Tripé porta soro	50		

Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 80 de 124)

Lote 8 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	7103-68398	Biombo Hospitalar	50		

Lote 9 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6511-85485	Hamper hospitalar	50		

Lote 10 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6510-58309	Papagaio hospitalar	50		

Lote 11 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6511-73295	Comadre hospitalar	50		

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 81 de 124)

Lote 12 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6515-93066	Carrinho de emergência para curativo	50		

Lote 13 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6515-56822	Cadeira de Rodas	20		

Lote 14 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6519-66484	Cadeira de banho	20		

Lote 15 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	7103-61464	Armário vitrine hospitalar	20		

Lote 16 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 82 de 124)

Item 1	6515-83236	Tripé de apoio para punção venosa	50		

Lote 17 AMPLA CONCORRÊNCIA					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	5203-61402	Balança antropométrica	37		
Item 2	6603-8126	Balança Pediátrica	37		
				Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote

Lote 18 AMPLA CONCORRÊNCIA					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6517-73776	Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico	37		
Item 2	6517-90861	Torso humano com aparelho genital feminino e masculino	37		
Item 3	6517-105181	Torso de gravidez anatomia	37		
				Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 83 de 124)

Lote 19					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade e (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6517-97585	Braços simulador de punção venosa	37		

Lote 20					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6517-75160	Esqueleto humano com coluna flexível e ligamentos	20		

Lote 21 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6517-84870	Modelo Anatômico do coração	50		

Lote 22 AMPLA CONCORRÊNCIA					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade de (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6517-89759	Manequim corpo inteiro para treinamento - adulto	15		

Lote 23 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade	Valor unitário	Valor total

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 84 de 124)

			(unidade)	máximo	máximo
Item 1	6517-96177	Manequim corpo inteiro para treinamento - pediátrico	20		

Lote 24 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6515-8179	Esfigmomanômetros	50		

Lote 25					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6515-78331	Estetoscópio adulto	75		
Item 2	6515-89611	Estetoscópio duplo para ensino	75		
Item 3	6515-78281	Estetoscópio pediátrico	75		
				Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote
				R\$ 1.009,84	

Lote 26 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE	Valor total máximo

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 85 de 124)

				ACEITABILIDADE DE PREÇOS	
Item 1	6515-60133	Sonar Fetal	50		

Lote 27 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	6510-25691	Ambu	50		

Lote 28					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6511-78793	Laringoscópio – adulto	75		
Item 2	6511-89584	Laringoscópio – pediátrico	75		
				Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote
Valor total (28 lotes)					
Valor Total				Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote)

Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 86 de 124)

LOTE 29 – Reserva 25% ME/EPP (Lote 17)					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	5203-61402	Balança antropométrica	13		
Item 2	6603-8126	Balança Pediátrica	13		
				Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote

Lote 30 - Reserva 25% ME/EPP (Lote 18)					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6517-73776	Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico	13		
Item 2	6517-90861	Torso humano com aparelho genital feminino e masculino	13		
Item 3	6517-105181	Torso de gravidez anatomia	13		
				Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote

Lote 31 - Reserva 25% ME/EPP (Lote 19)					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade e (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 87 de 124)

Item 1	6517-97585	Braços simulador de punção venosa	13		
--------	------------	-----------------------------------	----	--	--

Lote 32 - Reserva 25% ME/EPP (Lote 22)					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6517-89759	Manequim corpo inteiro para treinamento - adulto	05		

Lote 33 - Reserva 25% ME/EPP (Lote 25)					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6515-78331	Estetoscópio adulto	25		
Item 2	6515-89611	Estetoscópio duplo para ensino	25		
Item 3	6515-78281	Estetoscópio pediátrico	25		
				Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote

Lote 34 25% ME/EPP (Lote 28)					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6511-78793	Laringoscópio – adulto	25		

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 88 de 124)

Item 2	6511-89584	Laringoscópio – pediátrico	25		
				Soma dos valores unitários dos itens	

- 1. Especificações técnicas:**
2. A validade da proposta é de 90 (noventa) dias.
3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.
4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.
- 4.1 as empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.
- 4.2 para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.
5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.
6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.
7. O arrematante encaminhará em conjunto com esta proposta, CATALOGO ELETRÔNICO contendo a descrição do produto oferecido.

Local e data

Representante Legal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO01

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

1 A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.
Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

**ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO**

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ANEXO VI

LOCAIS DE ENTREGA

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	MUNICÍPIO	ENDEREÇO E TELEFONE PARA CONTATO	LOTE	ITEM	QTDADE.
Centro Estadual de Educação Profissional "Antonio Lacerda Braga"	Colombo	Rua Abel Scussiato, 140 – Maracanã - CEP 83408-280 Telefone: (41) 3666-7030	1	Mesa auxiliar	05
			2	Berço com cesto	03
			3	Carro maca leito	03
			4	Maca hospitalar	05
			5	Mesa de Mayo	05
			6	Mesa ginecológica	02
			7	Tripé porta soro	05
			8	Biombo Hospitalar	05
			9	Hamper hospitalar	05
			10	Papagaio hospitalar	05
			11	Comadre hospitalar	05
			12	Carrinho de emergência para curativo	05
			13	Cadeira de Rodas	02
			14	Cadeira de banho	02
			15	Armário vitrine hospitalar	02
			16	Tripé de apoio para punção venosa	05
			17	Item 01 - Balança antropométrica	05
				Item 02 - Balança Pediátrica	05
			18	Item 01 – Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico;	05
				Item 02 - Torso humano com aparelho genital feminino e masculino;	05
				Item 03 - Torso de gravidez anatomia.	05
			19	Braços simulador de punção venosa	05
			20	Esqueleto humano com coluna flexível e ligamentos	02
			21	Modelo Anatômico do coração	05
			22	Manequim corpo inteiro para treinamento - adulto	02
			23	Manequim corpo inteiro para treinamento - pediátrico	02
			24	Esfigmomanômetros	05
			25	Item 01 - Estetoscópio adulto;	10
				Item 02 - Estetoscópio duplo para ensino;	10
				Item 03 - Estetoscópio pediátrico.	10
			26	Sonar Fetal	05
			27	Ambu	05
			28	Item 01 - Laringoscópio – adulto;	10
				Item 02 - Laringoscópio – pediátrico	10

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 92 de 124)

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	MUNICÍPIO	ENDEREÇO E TELEFONE PARA CONTATO	LOTE	ITEM	QTDADE.
Colégio Estadual "Sagrada Família", Ensino Fundamental, Médio Normal e Profissional.	Campo Largo	Rua: XV de Novembro, 1775 - Centro – CEP 83601-030 Telefone: (41) 3292-1071	1	Mesa auxiliar	05
			2	Berço com cesto	03
			3	Carro maca leito	03
			4	Maca hospitalar	05
			5	Mesa de Mayo	05
			6	Mesa ginecológica	02
			7	Tripé porta soro	05
			8	Biombo Hospitalar	05
			9	Hamper hospitalar	05
			10	Papagaio hospitalar	05
			11	Comadre hospitalar	05
			12	Carrinho de emergência para curativo	05
			13	Cadeira de Rodas	02
			14	Cadeira de banho	02
			15	Armário vitrine hospitalar	02
			16	Tripé de apoio para punção venosa	05
			17	Item 01 - Balança antropométrica Item 02 - Balança Pediátrica	05 05
			18	Item 01 – Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico; Item 02 - Torso humano com aparelho genital feminino e masculino; Item 03 - Torso de gravidez anatomia.	05 05 05
			19	Braços simulador de punção venosa	05
			20	Esqueleto humano com coluna flexível e ligamentos	02
			21	Modelo Anatômico do coração	05
			22	Manequim corpo inteiro para treinamento - adulto	02
			23	Manequim corpo inteiro para treinamento - pediátrico	02
			24	Esfigmomanômetros	05
			25	Item 01 - Estetoscópio adulto; Item 02 - Estetoscópio duplo para ensino; Item 03 - Estetoscópio pediátrico.	10 10 10
			26	Sonar Fetal	05
			27	Ambu	05
			28	Item 01 - Laringoscópio – adulto; Item 02 - Laringoscópio – pediátrico	10 10

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 93 de 124)

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	MUNICÍPIO	ENDEREÇO E TELEFONE PARA CONTATO	LOTE	ITEM	QTDADE.
Centro Estadual de Educação Profissional de Cianorte.	Cianorte	Rua: Dom Pedro II, 1550 - Zona 01 CEP 87200-025 Telefone: (44) 3631-9685	1	Mesa auxiliar	05
			2	Berço com cesto	03
			3	Carro maca leito	03
			4	Maca hospitalar	05
			5	Mesa de Mayo	05
			6	Mesa ginecológica	02
			7	Tripé porta soro	05
			8	Biombo Hospitalar	05
			9	Hamper hospitalar	05
			10	Papagaio hospitalar	05
			11	Comadre hospitalar	05
			12	Carrinho de emergência para curativo	05
			13	Cadeira de Rodas	02
			14	Cadeira de banho	02
			15	Armário vitrine hospitalar	02
			16	Tripé de apoio para punção venosa	05
			17	Item 01 - Balança antropométrica Item 02 - Balança Pediátrica	05 05
			18	Item 01 – Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico; Item 02 - Torso humano com aparelho genital feminino e masculino; Item 03 - Torso de gravidez anatomia.	05 05 05
			19	Braços simulador de punção venosa	05
			20	Esqueleto humano com coluna flexível e ligamentos	02
			21	Modelo Anatômico do coração	05
			22	Manequim corpo inteiro para treinamento - adulto	02
			23	Manequim corpo inteiro para treinamento - pediátrico	02
			24	Esfigmomanômetros	05
			25	Item 01 - Estetoscópio adulto; Item 02 - Estetoscópio duplo para ensino; Item 03 - Estetoscópio pediátrico.	10 10 10
			26	Sonar Fetal	05
			27	Ambu	05
			28	Item 01 - Laringoscópio – adulto; Item 02 - Laringoscópio – pediátrico	10 10

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 94 de 124)

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	MUNICÍPIO	ENDEREÇO E TELEFONE PARA CONTATO	LOTE	ITEM	QTDADE.
Colégio Estadual Avelino Antônio Vieira	Curitiba	Rua: Júlio Mesquita, 12 – Fazendinha - CEP 81.330-390 Telefone: (41) 3288-2459	1	Mesa auxiliar	05
			2	Berço com cesto	03
			3	Carro maca leito	03
			4	Maca hospitalar	05
			5	Mesa de Mayo	05
			6	Mesa ginecológica	02
			7	Tripé porta soro	05
			8	Biombo Hospitalar	05
			9	Hamper hospitalar	05
			10	Papagaio hospitalar	05
			11	Comadre hospitalar	05
			12	Carrinho de emergência para curativo	05
			13	Cadeira de Rodas	02
			14	Cadeira de banho	02
			15	Armário vitrine hospitalar	02
			16	Tripé de apoio para punção venosa	05
			17	Item 01 - Balança antropométrica Item 02 - Balança Pediátrica	05 05
			18	Item 01 – Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico; Item 02 - Torso humano com aparelho genital feminino e masculino; Item 03 - Torso de gravidez anatomia.	05 05 05
			19	Braços simulador de punção venosa	05
			20	Esqueleto humano com coluna flexível e ligamentos	02
			21	Modelo Anatômico do coração	05
			22	Manequim corpo inteiro para treinamento - adulto	02
			23	Manequim corpo inteiro para treinamento - pediátrico	02
			24	Esfigmomanômetros	05
			25	Item 01 - Estetoscópio adulto; Item 02 - Estetoscópio duplo para ensino; Item 03 - Estetoscópio pediátrico.	10 10 10
			26	Sonar Fetal	05
			27	Ambu	05
			28	Item 01 - Laringoscópio – adulto; Item 02 - Laringoscópio – pediátrico	10 10

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 95 de 124)

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	MUNICÍPIO	ENDEREÇO E TELEFONE PARA CONTATO	LOTE	ITEM	QTDADE.
SAO MATEUS, C E- EF M PROFIS N	SÃO MATEUS DO SUL	RUA DR PAULO FORTES, 422 – CENTRO – CEP: 83.900-000 TELEFONE: (42) 3532-4010	1	Mesa auxiliar	05
			2	Berço com cesto	03
			3	Carro maca leito	03
			4	Maca hospitalar	05
			5	Mesa de Mayo	05
			6	Mesa ginecológica	02
			7	Tripé porta soro	05
			8	Biombo Hospitalar	05
			9	Hamper hospitalar	05
			10	Papagaio hospitalar	05
			11	Comadre hospitalar	05
			12	Carrinho de emergência para curativo	05
			13	Cadeira de Rodas	02
			14	Cadeira de banho	02
			15	Armário vitrine hospitalar	02
			16	Tripé de apoio para punção venosa	05
			17	Item 01 - Balança antropométrica Item 02 - Balança Pediátrica	05 05
			18	Item 01 – Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico; Item 02 - Torso humano com aparelho genital feminino e masculino; Item 03 - Torso de gravidez anatomia.	05 05 05
			19	Braços simulador de punção venosa	05
			20	Esqueleto humano com coluna flexível e ligamentos	02
			21	Modelo Anatômico do coração	05
			22	Manequim corpo inteiro para treinamento - adulto	02
			23	Manequim corpo inteiro para treinamento - pediátrico	02
			24	Esfigmomanômetros	05
			25	Item 01 - Estetoscópio adulto; Item 02 - Estetoscópio duplo para ensino; Item 03 - Estetoscópio pediátrico.	10 10 10
			26	Sonar Fetal	05
			27	Ambu	05
			28	Item 01 - Laringoscópio – adulto; Item 02 - Laringoscópio – pediátrico	10 10

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 96 de 124)

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	MUNICÍPIO	ENDEREÇO E TELEFONE PARA CONTATO	LOTE	ITEM	QTDADE.
Colégio Estadual "Reinaldo Sass", Ensino Fundamental, Médio e Profissional.	Francisco Beltrão	Rua: Alagoas, 475 – Alvorada CEP 85601-080 Telefone: (46) 3524-5357	1	Mesa auxiliar	05
			2	Berço com cesto	03
			3	Carro maca leito	03
			4	Maca hospitalar	05
			5	Mesa de Mayo	05
			6	Mesa ginecológica	02
			7	Tripé porta soro	05
			8	Biombo Hospitalar	05
			9	Hamper hospitalar	05
			10	Papagaio hospitalar	05
			11	Comadre hospitalar	05
			12	Carrinho de emergência para curativo	05
			13	Cadeira de Rodas	02
			14	Cadeira de banho	02
			15	Armário vitrine hospitalar	02
			16	Tripé de apoio para punção venosa	05
			17	Item 01 - Balança antropométrica Item 02 - Balança Pediátrica	05 05
			18	Item 01 – Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico; Item 02 - Torso humano com aparelho genital feminino e masculino; Item 03 - Torso de gravidez anatomia.	05 05 05
			19	Braços simulador de punção venosa	05
			20	Esqueleto humano com coluna flexível e ligamentos	02
			21	Modelo Anatômico do coração	05
			22	Manequim corpo inteiro para treinamento - adulto	02
			23	Manequim corpo inteiro para treinamento - pediátrico	02
			24	Esfigmomanômetros	05
			25	Item 01 - Estetoscópio adulto; Item 02 - Estetoscópio duplo para ensino; Item 03 - Estetoscópio pediátrico.	10 10 10
			26	Sonar Fetal	05
			27	Ambu	05
			28	Item 01 - Laringoscópio – adulto; Item 02 - Laringoscópio – pediátrico	10 10

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 97 de 124)

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	MUNICÍPIO	ENDEREÇO E TELEFONE PARA CONTATO	LOTE	ITEM	QTDADE.
Colégio Estadual "João XXIII", Ensino Fundamental, Médio e Profissional.	Irati	Rua: Santa Catarina, 260 – Vila São Jorge – CEP 84507-344 Telefone: (42) 3422-3542	1	Mesa auxiliar	05
			2	Berço com cesto	03
			3	Carro maca leito	03
			4	Maca hospitalar	05
			5	Mesa de Mayo	05
			6	Mesa ginecológica	02
			7	Tripé porta soro	05
			8	Biombo Hospitalar	05
			9	Hamper hospitalar	05
			10	Papagaio hospitalar	05
			11	Comadre hospitalar	05
			12	Carrinho de emergência para curativo	05
			13	Cadeira de Rodas	02
			14	Cadeira de banho	02
			15	Armário vitrine hospitalar	02
			16	Tripé de apoio para punção venosa	05
			17	Item 01 - Balança antropométrica Item 02 - Balança Pediátrica	05 05
			18	Item 01 – Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico; Item 02 - Torso humano com aparelho genital feminino e masculino; Item 03 - Torso de gravidez anatomia.	05 05 05

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 99 de 124)

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	MUNICÍPIO	ENDEREÇO E TELEFONE PARA CONTATO	LOTE	ITEM	QTDDE.
Colégio Estadual "Gabriel de Lara", Ensino Fundamental, Médio e Profissional.	Matinhos	Rua: Albano Müller, 420 – Centro CEP 83260-000 Telefone: (41) 3453-1103	1	Mesa auxiliar	05
			2	Berço com cesto	03
			3	Carro maca leito	03
			4	Maca hospitalar	05
			5	Mesa de Mayo	05
			6	Mesa ginecológica	02
			7	Tripé porta soro	05
			8	Biombo Hospitalar	05
			9	Hamper hospitalar	05
			10	Papagaio hospitalar	05
			11	Comadre hospitalar	05
			12	Carrinho de emergência para curativo	05
			13	Cadeira de Rodas	02
			14	Cadeira de banho	02
			15	Armário vitrine hospitalar	02
			16	Tripé de apoio para punção venosa	05
			17	Item 01 - Balança antropométrica Item 02 - Balança Pediátrica	05 05
			18	Item 01 – Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico; Item 02 - Torso humano com aparelho genital feminino e masculino; Item 03 - Torso de gravidez anatomia.	05 05 05
			19	Braços simulador de punção venosa	05
			20	Esqueleto humano com coluna flexível e ligamentos	02
			21	Modelo Anatômico do coração	05
			22	Manequim corpo inteiro para treinamento - adulto	02
			23	Manequim corpo inteiro para treinamento - pediátrico	02
			24	Esfigmomanômetros	05
			25	Item 01 - Estetoscópio adulto; Item 02 - Estetoscópio duplo para ensino; Item 03 - Estetoscópio pediátrico.	10 10 10
			26	Sonar Fetal	05
			27	Ambu	05
			28	Item 01 - Laringoscópio – adulto; Item 02 - Laringoscópio – pediátrico	10 10

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 100 de 124)

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	MUNICÍPIO	ENDEREÇO E TELEFONE PARA CONTATO	LOTE	ITEM	QTDADE.
Colégio Estadual de Pato Branco, Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal.	Pato Branco	Rua: Argentina, 724 – Jardim das Américas – CEP 85502-040 Telefone: (46) 3224-2483	1	Mesa auxiliar	05
			2	Berço com cesto	03
			3	Carro maca leito	03
			4	Maca hospitalar	05
			5	Mesa de Mayo	05
			6	Mesa ginecológica	02
			7	Tripé porta soro	05
			8	Biombo Hospitalar	05
			9	Hamper hospitalar	05
			10	Papagaio hospitalar	05
			11	Comadre hospitalar	05
			12	Carrinho de emergência para curativo	05
			13	Cadeira de Rodas	02
			14	Cadeira de banho	02
			15	Armário vitrine hospitalar	02
			16	Tripé de apoio para punção venosa	05
			17	Item 01 - Balança antropométrica Item 02 - Balança Pediátrica	05 05
			18	Item 01 – Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico; Item 02 - Torso humano com aparelho genital feminino e masculino; Item 03 - Torso de gravidez anatomia.	05 05 05
			19	Braços simulador de punção venosa	05
			20	Esqueleto humano com coluna flexível e ligamentos	02
			21	Modelo Anatômico do coração	05
			22	Manequim corpo inteiro para treinamento - adulto	02
			23	Manequim corpo inteiro para treinamento - pediátrico	02
			24	Esfigmomanômetros	05
			25	Item 01 - Estetoscópio adulto; Item 02 - Estetoscópio duplo para ensino; Item 03 - Estetoscópio pediátrico.	10 10 10
			26	Sonar Fetal	05
			27	Ambu	05
			28	Item 01 - Laringoscópio – adulto; Item 02 - Laringoscópio – pediátrico	10 10

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 101 de 124)

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	MUNICÍPIO	ENDEREÇO E TELEFONE PARA CONTATO	LOTE	ITEM	QTDADE.
RENI C GAMPER, C E PROFA-EF M PROFIS N	MANOEL RIBAS	RUA PRIMEIRO DE MAIO, 454 – CENTRO – CEP: 85.260-000 TELEFONE: (43) 3435-1332	1	Mesa auxiliar	05
			2	Berço com cesto	03
			3	Carro maca leito	03
			4	Maca hospitalar	05
			5	Mesa de Mayo	05
			6	Mesa ginecológica	02
			7	Tripé porta soro	05
			8	Biombo Hospitalar	05
			9	Hamper hospitalar	05
			10	Papagaio hospitalar	05
			11	Comadre hospitalar	05
			12	Carrinho de emergência para curativo	05
			13	Cadeira de Rodas	02
			14	Cadeira de banho	02
			15	Armário vitrine hospitalar	02
			16	Tripé de apoio para punção venosa	05
			17	Item 01 - Balança antropométrica Item 02 - Balança Pediátrica	05 05
			18	Item 01 – Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico; Item 02 - Torso humano com aparelho genital feminino e masculino; Item 03 - Torso de gravidez anatomia.	05 05 05

			19	Braços simulador de punção venosa	05
			20	Esqueleto humano com coluna flexível e ligamentos	02
			21	Modelo Anatômico do coração	05
			22	Manequim corpo inteiro para treinamento - adulto	02
			23	Manequim corpo inteiro para treinamento - pediátrico	02
			24	Esfigmomanômetros	05
			25	Item 01 - Estetoscópio adulto; Item 02 - Estetoscópio duplo para ensino; Item 03 - Estetoscópio pediátrico.	10 10 10
			26	Sonar Fetal	05
			27	Ambu	05
			28	Item 01 - Laringoscópio – adulto; Item 02 - Laringoscópio – pediátrico	10 10

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ANEXO VII

MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXXXX]

CONTRATANTE: [O ESTADO DO PARANÁ, através da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, com sede na Avenida Presidente Kennedy, 2511, Guaíra, Curitiba - PR, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 76.416.965/0001-21, neste ato representado(a) pelo(a) [CARGO E NOME DA AUTORIDADE], nomeado pelo Decreto n.º XXXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXXX.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXX e telefone XXXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 1789/2025 (protocolo n.º 23.555.520-4) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Aquisição de equipamentos e mobiliário para estruturação de 10 (dez) Laboratórios do Curso Técnico de Enfermagem, das instituições de ensino ofertantes do curso na rede pública estadual, conforme descrito no Termo de Referência.

Lote 1 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	7103-60357	Mesa auxiliar	50		

Lote 2 Exclusivo ME/EPP					
ME	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6515-105180	Berço com cesto	30		

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Lote 3 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6515-72263	Carro maca leito	30		

Lote 4 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	7103-99945	Maca hospitalar	50		

Lote 5 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	7103-41081	Mesa de Mayo	50		

Lote 6 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	7103-56730	Mesa ginecológica	20		

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 104 de 124).

Lote 7 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6511-74471	Tripé porta soro	50		

Lote 8 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	7103-68398	Biombo Hospitalar	50		

Lote 9 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6511-85485	Hamper hospitalar	50		

Lote 10 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6510-58309	Papagaio hospitalar	50		

Lote 11 Exclusivo ME/EPP					
--------------------------	--	--	--	--	--

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 105 de 124)

Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6511-73295	Comadre hospitalar	50		

Lote 12 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6515-93066	Carrinho de emergência para curativo	50		

Lote 13 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6515-56822	Cadeira de Rodas	20		

Lote 14 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6519-66484	Cadeira de banho	20		

Lote 15 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 106 de 124)

Item 1	7103-61464	Armário vitrine hospitalar	20		

Lote 16 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6515-83236	Tripé de apoio para punção venosa	50		

Lote 17 AMPLA CONCORRÊNCIA					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	5203-61402	Balança antropométrica	37		
Item 2	6603-8126	Balança Pediátrica	37		
				Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote

Lote 18 AMPLA CONCORRÊNCIA					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6517-73776	Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico	37		
Item 2	6517-90861	Torso humano com aparelho genital feminino e masculino	37		
Item 3	6517-105181	Torso de gravidez anatomia	37		

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 107 de 124).

Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote

Lote 19					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade e (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6517-97585	Braços simulador de punção venosa	37		

Lote 20					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6517-75160	Esqueleto humano com coluna flexível e ligamentos	20		

Lote 21 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6517-84870	Modelo Anatômico do coração	50		

Lote 22 AMPLA CONCORRÊNCIA					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantida	Valor unitário	Valor total

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 108 de 124).

			de (unidade)	máximo	máximo
Item 1	6517-89759	Manequim corpo inteiro para treinamento - adulto	15		

Lote 23 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6517-96177	Manequim corpo inteiro para treinamento - pediátrico	20		

Lote 24 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6515-8179	Esfigmomanômetros	50		

Lote 25					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6515-78331	Estetoscópio adulto	75		
Item 2	6515-89611	Estetoscópio duplo para ensino	75		
Item 3	6515-78281	Estetoscópio pediátrico	75		
				Soma dos valores unitários dos	Valor máximo Global do Lote

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 109 de 124).

itens	
R\$ 1.009,84	

Lote 26 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	6515-60133	Sonar Fetal	50		

Lote 27 Exclusivo ME/EPP					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	6510-25691	Ambu	50		

Lote 28					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6511-78793	Laringoscópio – adulto	75		
Item 2	6511-89584	Laringoscópio – pediátrico	75		
				Soma dos valores unitários dos	Valor máximo Global do Lote

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo nº 23.555.520-4 Pregão Eletrônico nº 1789/2025 – EDITAL (página 110 de 124)

	itens	
Valor total (28 lotes)		
Valor Total	Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote)

LOTE 29 – Reserva 25% ME/EPP (Lote 17)					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	5203-61402	Balança antropométrica	13		
Item 2	6603-8126	Balança Pediátrica	13		
				Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote

Lote 30 - Reserva 25% ME/EPP (Lote 18)					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6517-73776	Torso humano para treino de RPC, adulto e pediátrico	13		
Item 2	6517-90861	Torso humano com aparelho genital feminino e masculino	13		
Item 3	6517-105181	Torso de gravidez anatomia	13		
				Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

--	--

Lote 31 - Reserva 25% ME/EPP (Lote 19)					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade e (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6517-97585	Braços simulador de punção venosa	13		

Lote 32 - Reserva 25% ME/EPP (Lote 22)					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade de (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6517-89759	Manequim corpo inteiro para treinamento - adulto	05		

Lote 33 - Reserva 25% ME/EPP (Lote 25)					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6515-78331	Estetoscópio adulto	25		
Item 2	6515-89611	Estetoscópio duplo para ensino	25		
Item 3	6515-78281	Estetoscópio pediátrico	25		
				Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Lote 34 25% ME/EPP (Lote 28)					
Item	GMS	Descrição do objeto	Quantidade (unidade)	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	6511-78793	Laringoscópio – adulto	25		
Item 2	6511-89584	Laringoscópio – pediátrico	25		
				Soma dos valores unitários dos itens	

1. Especificações técnicas:
2. A validade da proposta é de 90 (noventa) dias.

2. FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 1789/2025, objeto do processo administrativo n.º 23.555.520-4, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3. FORMA DE FORNECIMENTO:

Os bens deverão ser fornecidos com ENTREGA ÚNICA em até 30 (trinta) dias após a assinatura contratual, conforme descrito no Termo de Referência.

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

4.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5. DO REAJUSTE.

5.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado- 26/01/2026.

5.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo nº 23.555.520-4

Pregão Eletrônico nº 1789/2025

– EDITAL (página 113 de 124)

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

5.5 O reajuste dos preços depende de pedido do Contratado, que deve ser protocolado até 30 (trinta) dias antes do fim do período acima enunciado.

5.6 O transcurso do período citado no item 13.2 Anexo I Termo de Referência sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os bens deverão ser entregues no local (Anexo VI), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

7.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

7.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até 30 (trinta) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: 41 - Secretaria de Estado da Educação/ 4101 - Gabinete do Secretário;

Fonte de Recursos: 754 - Recursos de Operações de Crédito;

Programa de Trabalho: F-12.368.32.7015-Programa Educação para o Futuro do Estado do Paraná
BID;

Elemento de Despesa: 08 - Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médico- Odontológico, Laboratorial e Hos.

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias contados de __/__/__ a __/__/__.

9.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

9.1.1.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamentos na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumentos das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 O contratado deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;" (art. 92, XVII, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo nº 23.555.520-4

Pregão Eletrônico nº 1789/2025

– EDITAL (página 115 de 124)

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1 Não há complexidade e vultuosidade na presente contratação, não comprometendo o cumprimento das obrigações.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo nº 23.555.520-4

Pregão Eletrônico nº 1789/2025

– EDITAL (página 116 de 124)

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

13.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

13.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

13.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

14. CASOS DE EXTINÇÃO:

14.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

14.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

14.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

14.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

14.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

14.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

15. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo nº 23.555.520-4

Pregão Eletrônico nº 1789/2025

– EDITAL (página 117 de 124)

15.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

15.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

15.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15.3 Não será admitida a subcontratação do fornecimento.

15.4 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

16.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

16.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

16.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

16.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

16.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas,

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo nº 23.555.520-4

Pregão Eletrônico nº 1789/2025

– EDITAL (página 118 de 124)

deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

16.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. PRÁTICAS PROIBIDAS

17.1 O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) exige que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras e Agências Contratantes, bem como, todas as empresas, entidades ou indivíduos que estejam atuando como proponentes ou participando de atividades financiadas pelo Banco incluindo, entre outros, requerentes, licitantes, proponentes, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, fornecedores de bens e concessionários (incluindo seus respectivos dirigentes, funcionários e agentes, independentemente de a agência ser expressa ou implícita), aderem os mais altos padrões éticos e denunciem ao Banco qualquer ato suspeito de Práticas Proibidas sobre as quais tenham conhecimento ou venham tomar conhecimento tanto durante o processo de licitação e durante a negociação ou na execução de um contrato.

18.2 As Práticas Proibidas compreendem:

- (i) práticas corruptas;
- (ii) práticas fraudulentas;
- (iii) práticas coercitivas;
- (iv) práticas colusivas;
- (v) práticas obstrutivas e
- (vi) apropriação indébita.

17.3 O Banco estabeleceu mecanismos para denunciar suspeitas de Práticas Proibidas. Qualquer denúncia deverá ser encaminhada ao Escritório de Integridade Institucional (EII) do Banco para que se realize a devida investigação. O Banco também tem adotado procedimentos de sanções para julgar casos. Além disso, o Banco firmou com outras Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) um acordo de reconhecimento mútuo de decisões de exclusão.

17.4 O Banco define, para os fins desta disposição, os seguintes termos:

17.4.1 uma prática corrupta consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar indevidamente as ações de outra parte;

17.4.2 uma prática fraudulenta é qualquer ato ou omissão, incluindo a tergiversação de fatos ou circunstâncias que deliberada ou imprudentemente engane ou tente enganar, uma parte para obter um benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar cumprir uma obrigação;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

17.4.3 uma prática coercitiva consiste em prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

17.4.4 uma prática colusiva é um acordo entre duas ou mais partes com o intuito de alcançar um propósito impróprio, inclusive influenciar inapropriadamente as ações de outra parte;

17.4.5 Uma prática obstrutiva é:

a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar evidências significativas de uma investigação do Grupo BID ou prestar declarações falsas aos investigadores com a intenção de obstruir uma investigação do Grupo BID;

b) ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte interessada para impedi-la de revelar seu conhecimento sobre assuntos relevantes para uma investigação do Grupo BID ou ao seu prosseguimento; ou

c) atos que visem impedir o exercício dos direitos contratuais de auditoria ou inspeção do Grupo BID previstos nas IAL 1.1 (f) abaixo ou seus direitos de acesso à informação; e

17.4.6 uma apropriação indébita consiste no uso de fundos ou recursos do Grupo BID para um propósito impróprio ou não autorizado, cometido intencionalmente ou por negligência grave.

17.4.7 Se o Banco determinar que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou indivíduo que concorra ou participe de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionários, Mutuários (incluindo Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos dirigentes, funcionários e agentes, independentemente de a agência ser expressa ou implícita) envolvidos em uma Prática Proibida, o Banco poderá:

a) não financiar nenhuma recomendação de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços correlatos financiados pelo Banco;

b) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um funcionário, agente ou representante do Mutuário, da Agência Executora ou Agência Contratante se envolveu em Prática Proibida;

c) declarar a Aquisição Viciada (Misprocurement) e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento da parte do empréstimo ou da doação destinada a um contrato, quando houver evidências de que o representante do Mutuário ou do Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras, fornecer a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável;

d) emitir uma advertência à empresa, entidade ou indivíduo através de uma carta formal de censura por sua conduta;

e) declarar que uma empresa, entidade ou indivíduo é inelegível, permanentemente ou por um prazo determinado, para:

I - receber ou participar em atividades financiadas pelo Banco; e

II- ser designado como subconsultor, subempreiteiro, fornecedor de bens ou prestador de serviços de uma empresa elegível à qual tenha sido adjudicado um contrato financiado pelo Banco;

III - Encaminhar o assunto às autoridades competentes, encarregadas de fazer cumprir as leis; e/ou

IV - Impor outras sanções que julgar apropriadas sob as circunstâncias, incluindo a imposição de multas que representem o reembolso do Banco pelos custos associados às investigações e procedimentos. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções mencionadas acima.

17.4.8 As disposições dos incisos (i) e (ii) das IAL 1.1 (b) serão aplicadas, também, quando tais partes tiverem sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, enquanto aguardam a decisão definitiva de um processo de sanção ou de qualquer outra resolução.

17.4.9 A imposição de qualquer ação a ser tomada pelo Banco de acordo com as disposições acima mencionadas, será pública.

17.4.10 Além disso, qualquer empresa, entidade ou indivíduo que concorra ou participe de uma atividade financiada pelo Banco incluindo, entre outros, requerentes, licitantes, proponentes,

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Protocolo nº 23.555.520-4

Pregão Eletrônico nº 1789/2025

– EDITAL (página 120 de 124)

fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionários, Mutuários (incluindo Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratante (incluindo seus respectivos dirigentes, funcionários e agentes, independentemente de a agência ser expressa ou implícita), podem estar sujeitos a sanções baseadas nos acordos que o Banco possa ter com outras IFIs em relação ao reconhecimento mútuo de decisões de exclusão.

17.4.10.1 Para fins deste parágrafo, o termo "sanção" incluirá qualquer exclusão, condições sobre futuras contratações ou qualquer ação divulgada publicamente em resposta a uma violação da estrutura aplicável de uma IFI para tratar de alegações de Práticas Proibidas.

17.4.11 O Banco exige que seja incluída uma disposição nos documentos de licitação e nos contratos financiados com um empréstimo ou doação do Banco, exigindo que os requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionários, permitam que o Banco inspecione todas e quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de ofertas e execução de contrato bem como que sejam auditados por auditores nomeados pelo Banco. No âmbito desta política, os requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionários devem prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco terá também o direito de requerer que, nos contratos por ele financiados com um empréstimo ou doação incluam uma disposição que obrigue os requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionários a:

a) Mantenham todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e

b) Forneçam quaisquer documentos necessários à investigação de alegações de Práticas Proibidas; e assegurem que funcionários ou agentes dos requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços ou concessionários que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às questões dos funcionários do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor relacionado com a investigação devidamente designado. Caso o requerente, licitante, proponente, fornecedor de bens e seus agentes, empreiteiro, consultor, funcionários, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionário se recusem a cooperar e/ou descumpram o exigido pelo Banco ou obstruam de qualquer forma, a investigação, o Banco, a seu critério exclusivo, pode tomar as medidas apropriadas contra o requerente, licitante, proponente, fornecedor de bens e seus agentes, empreiteiro, consultor, funcionários, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionário.

17.4.12 O Banco exigirá que, quando um Mutuário selecionar uma agência especializada para fornecer serviços de assistência técnica, todas as disposições relacionadas às Práticas Proibidas e as sanções correspondentes, serão aplicadas integralmente aos requerentes, licitantes, proponentes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços ou fornecedores de bens, (incluindo seus respectivos dirigentes, funcionários e agentes, independentemente de a agência ser expressa ou implícita), ou qualquer outra entidade que tenha assinado contratos com essa agência especializada para fornecer bens ou prestar serviços correlatos relacionados com as atividades financiadas pelo Banco.

17.4.12.1 O Banco mantém o direito de exigir que o Mutuário invoque recursos tais como suspensão ou extinção. As agências especializadas deverão consultar a lista do Banco de empresas e indivíduos suspensos ou excluídos. No caso de uma agência especializada assinar um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou com um indivíduo suspenso ou excluído pelo Banco, o Banco não financiará as despesas relacionadas e aplicará outras medidas conforme apropriado.

17.5 Com a concordância específica do Banco, além da Lista do Banco de Empresas e, Indivíduos Sancionados, o Mutuário pode introduzir, nos formulários da Oferta e para contratos financiados pelo Banco, um compromisso do Licitante de observar, ao concorrer e executar um contrato, as leis e o

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

sistema de sanções do país contra Práticas Proibidas (incluindo suborno) e os regulamentos e sanções de um organismo de desenvolvimento multilateral/bilateral ou organização internacional, atuando como cofinanciador, relacionados a práticas proibidas, se aplicável, conforme listado nos documentos de licitação. O Banco aceitará a introdução de tal compromisso a pedido do país Mutuário, desde que as disposições que regem tal requisito sejam satisfatórias para o Banco)

18. PAÍSES ELEGÍVEIS

18.1 Trata da Elegibilidade para o Fornecimento de Bens, Construção de Obras e Prestação de Serviços nas aquisições financiados pelo Banco BID.

18.2 Países-membros considerando a fonte de financiamento Banco Interamericano de Desenvolvimento: Alemanha, Argentina, Áustria, Bahamas, Barbados, Bélgica, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Croácia, Dinamarca, Equador, El Salvador, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Israel, Itália, Jamaica, Japão, México, Nicarágua, Noruega, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido, República da Coreia, República Dominicana, República Popular da China, Suécia, Suíça, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, e Venezuela.

18.3 Territórios elegíveis: (a) Guadalupe, Guiana Francesa, Martinica, Reunião – por ser Departamentos da França. (b) Ilhas Virgens dos EUA, Porto Rico, Guam - como Território dos Estados Unidos da América; (c) Aruba - como país constituinte do Reino dos Países Baixos; e Bonaire, Curaçao, Sint Maarten, Sint Eustatius - por serem Departamentos do Reino dos Países Baixos; (d) Hong Kong - por ser uma Região Administrativa Especial da República Popular da China.

18.4 Critérios para determinar a nacionalidade e o país de origem dos bens e serviços.

18.4.1 Para determinar:

(a) a nacionalidade das empresas e indivíduos elegíveis para participar de contratos financiados pelo Banco e

(b) o país de origem dos bens e serviços, serão usados os seguintes critérios:

18.4.1.1 Nacionalidade:

a) Um indivíduo é considerado nacional de um país-membro do Banco se satisfaz um dos seguintes requisitos:

I- é cidadão de um país-membro; ou II- estabeleceu seu domicílio em um país-membro como residente de “boa-fé” e está legalmente autorizado para trabalhar nesse país.

b) Uma empresa tem a nacionalidade de um país-membro se satisfizer os dois requisitos a seguir:

I- está legalmente constituída ou estabelecida conforme as leis de um país-membro do Banco; e

II- mais de cinquenta por cento (50%) do capital da empresa é de propriedade de indivíduos ou empresas de países-membros do Banco.

c) Todos os sócios de uma associação em participação, associação, consórcio ou sociedade (ACS) com responsabilidade conjunta e solidária e todos os subempreiteiros devem cumprir os requisitos estabelecidos acima.

18.4.1.2 Origem dos Bens:

a) Os bens têm origem em um país-membro do Banco se foram extraídos, cultivados, colhidos ou produzidos em um país-membro do Banco. Considera-se que um bem é produzido quando, mediante manufatura, processamento ou montagem, o resultado é um artigo comercialmente reconhecido cujas características, funções ou finalidades de uso são substancialmente diferentes de suas partes ou componentes.

b) No caso de um bem que consiste em vários componentes individuais que devem ser interconectados (pelo fornecedor, comprador ou um terceiro) para que o bem possa ser utilizado, e sem importar a complexidade da interconexão, o Banco considera que este bem é elegível para o financiamento se a montagem dos componentes tiver sido feita em um país-membro. Quando o bem é uma combinação de vários bens individuais que normalmente são empacotados e vendidos comercialmente como uma só unidade, o bem é considerado proveniente do país onde este foi empacotado e embarcado com destino ao comprador.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 23.555.520-4

Pregão Eletrônico nº 1789/2025

– EDITAL (página 122 de 124)

c) Para fins de determinação da origem dos bens identificados como “feito na União Europeia”, estes serão elegíveis sem necessidade de identificar o correspondente país específico da União Europeia.

d) A origem dos materiais, partes ou componentes dos bens ou a nacionalidade da empresa produtora, montadora, distribuidora ou vendedora dos bens não determina a origem dos mesmos.

18.4.1.2 Origem dos Serviços:

a) O país de origem dos serviços é o mesmo do indivíduo ou empresa que presta os serviços, conforme os critérios de nacionalidade acima estabelecidos.

b) Este critério é aplicado aos serviços conexos ao fornecimento de bens (tais como transporte, seguro, instalação, montagem, etc.), aos serviços de construção e aos serviços de consultoria.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

19.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

19.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

19.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 1789/2025, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

Local e data

Representante Legal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

ANEXO IX

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Documento: **Edital_PE_1789_2025.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Andre Luis Gasparini Loes (XXX.122.038-XX)** em 30/04/2026 09:30 Local: SEED/NAS/SL.

Inserido ao protocolo **23.555.520-4** por: **Andre Luis Gasparini Loes** em: 30/04/2026 09:25.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: